

O Processo de Formação e Inserção Profissional da População Imigrante em Situação de Sem Abrigo em Portugal

Susana Carolina Rodrigues Gouveia

**Relatório de Estágio de Mestrado em Migrações, Inter-
etnicidades e Transnacionalismo**

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Setembro, 2024

O Processo de Formação e Inserção Profissional da População Imigrante em Situação de Sem-Abrigo em Portugal

Susana Carolina Rodrigues Gouveia

Relatório de Estágio de Mestrado em Migrações, Inter-
etnicidades e Transnacionalismo

Versão corrigida e melhorada após defesa pública

Setembro, 2024

Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Migrações, Inter-etnicidades e Transnacionalismo, realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Dulce Pimentel e da Professora Doutora Cláudia Pereira.

Na Instituição de Estágio, o Centro Pedro Arrupe do Serviço Jesuíta aos Refugiados, a orientação esteve a cargo da Dr.^a Rita Sommer.

*“Somos una especie en viaje
No tenemos pertenencias sino equipaje
Vamos con el polen en el viento
Estamos vivos porque estamos en movimiento
Nunca estamos quietos, somos trashumantes
Somos padres, hijos, nietos y bisnietos de inmigrantes
Es más mío lo que sueño que lo que toco*

*Atravesamos desiertos, glaciares, continentes
El mundo entero de extremo a extremo
Empecinados, supervivientes
El ojo en el viento y en las corrientes
La mano firme en el remo
Cargamos con nuestras guerras
Nuestras canciones de cuna
Nuestro rumbo hecho de versos
De migraciones, de hambrunas
Y así ha sido desde siempre, desde el infinito
Fuimos la gota de agua viajando en el meteorito
Cruzamos galaxias, vacío, milenios
Buscábamos oxígeno, encontramos sueños*

*Yo no soy de aquí
Pero tú tampoco
De ningún lado del todo y
De todos lados un poco*

*Lo mismo con las canciones, los pájaros, los alfabetos
Si quieres que algo se muera, déjalo quieto”*

- Jorge Drexler

Agradecimentos

A conclusão deste relatório representa um marco importante na minha jornada acadêmica e pessoal, que não teria sido possível sem o apoio incondicional de várias pessoas e instituições a quem gostaria de expressar a minha sincera gratidão.

À minha família, e em especial aos meus pais, que sempre estiveram ao meu lado, acreditaram em mim e nunca me deixaram desistir. Por me mostrarem a resiliência necessária quando queremos fazer algo de que gostamos.

À Professora Dulce Pimentel e à Professora Cláudia Pereira, na qualidade de Orientadora e Coorientadora, a vossa orientação e disponibilidade desde o primeiro momento foram cruciais para o desenvolvimento deste relatório. Agradeço também ao Professor José Leitão, que acompanhou e apoiou o início desta jornada, o vosso apoio académico e profissional, aliado ao incentivo constante, ajudaram-me a crescer enquanto investigadora e a alcançar este objetivo.

Ao Centro Pedro Arrupe, em particular à Equipa Técnica, pela confiança no meu trabalho, pelo ânimo e boa vontade com que me acolheram no vosso Centro. Um especial obrigado à Dra. Rita Sommer, a minha Orientadora, e ao Dr. Cláudio Gonçalves, pela partilha constante que permitiu enriquecer o presente trabalho.

Aos residentes no CPA, que sempre demonstraram disponibilidade para colaborar no meu estudo e que partilharam comigo as suas vivências e desafios, deixo um eterno agradecimento pela confiança depositada. O vosso contributo foi essencial para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos meus amigos, um obrigado especial pela paciência e apoio constante. A vossa companhia e palavras de motivação foram fundamentais para ultrapassar os momentos de maior dificuldade.

Resumo

O presente relatório resulta do estágio curricular realizado no Centro Pedro Arrupe do Serviço Jesuíta aos Refugiados, e centra-se no processo de formação e inserção profissional da população imigrante em situação de sem abrigo em Portugal. Através de uma abordagem qualitativa, o estudo examina este processo, destacando as suas potencialidades, bem como os desafios enfrentados pelos imigrantes acolhidos. O relatório oferece uma análise aprofundada e vivencial do estágio, destacando as atividades desenvolvidas e as perceções recolhidas por meio de entrevistas semiestruturadas com os residentes e de um *focus group* com os técnicos do Centro. Esta temática representa um fenómeno social relevante e em crescimento. Dada a escassez de estudos atuais sobre esta população, especificamente em Portugal, onde o único trabalho de caracterização foi realizado há mais de uma década, e tratando-se de uma realidade atual que tem sido alvo de discursos populistas, o presente estudo explora as complexidades enfrentadas por estes imigrantes. Ao oferecer uma perspetiva aprofundada das suas experiências de integração, o estudo aborda tanto os desafios sistémicos e individuais e apresenta uma visão das experiências daqueles que estão na linha da frente do acolhimento e integração, oferecendo uma visão crítica e informada que convida à reflexão e à ação. Para complementar a análise da formação e inserção profissional dos imigrantes em situação de sem-abrigo, o trabalho destaca a importância das redes de apoio na facilitação da sua integração e superação da vulnerabilidade social. Isto é essencial para a criação de políticas e estratégias de apoio mais eficazes adaptadas à sua realidade. A desvalorização das qualificações, as barreiras linguísticas e os atrasos na obtenção de documentação são algumas das dificuldades enfrentadas pelos imigrantes na entrada no mercado de trabalho em Portugal. Um maior apoio linguístico, melhores ligações com o mercado de trabalho e um reforço das políticas de integração são sugeridos para facilitar o acesso a empregos dignos e adequados às qualificações dos imigrantes.

Palavras-Chave: Imigrantes; Inserção profissional; Sem-Abrigo; Portugal; Redes sociais; Integração

Abstract

This report is based on the curricular internship conducted at the Centro Pedro Arrupe of the Jesuit Refugee Service, focusing on the process of training and professional integration of the immigrant population experiencing homelessness in Portugal. Through a qualitative approach, the study examines this process, highlighting both its potential and the challenges faced by the immigrants sheltered at the Center. The report provides an in-depth and experiential account of the internship, showcasing the activities undertaken and the insights gained through semi-structured interviews with residents and a *focus group* with the Center's staff. This topic represents a significant and growing social phenomenon. Giving the scarcity of current research on this population, specifically in Portugal, where the only characterization of this group was conducted over a decade ago and dealing with a current reality that has been a target of populist discourses, this study explores the complexities encountered by these immigrants. By offering a deep perspective on their integration experiences, the study addresses both systemic and individual challenges and shares the experiences of those on the front lines of reception and integration, offering a critical and informed analysis that invites reflection and action. To complement the analysis of the training and professional insertion of homeless immigrants, the work highlights the importance of support networks in facilitating their integration and overcoming social vulnerability. This is essential for creating policies and support strategies that are more appropriate and adapted to their reality. The devaluation of qualifications, language barriers, and delays in obtaining documentation are some of the difficulties faced by immigrants entering the Portuguese job market. Increased linguistic support, better connections with the job market, and the strengthened integration policies are suggested to facilitate access to dignified employment that matches immigrants' qualifications.

Keywords: Immigrants; Professional integration; Homelessness; Portugal; Social networks; Integration

Índice

INTRODUÇÃO	11
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	13
1.1. Fatores micro, meso e macro da migração	13
1.2. Redes sociais e capital social	15
1.3. As três dimensões da integração	17
2. SEM-ABRIGO E IMIGRAÇÃO	20
2.1. Caracterização da população imigrante sem-abrigo em Portugal	23
3. ESTÁGIO CURRICULAR NO SERVIÇO JESUÍTA AOS REFUGIADOS	27
3.1. Caracterização da entidade de acolhimento do estágio	27
3.2. Objetivos do estágio e atividades realizadas	31
4. O PROCESSO DE FORMAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CENTRO PEDRO ARRUPE	34
4.1. Metodologia	34
4.2. Diagnóstico social	38
4.3. Entrevistas	44
4.4. Focus Group	50
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
BIBLIOGRAFIA	60

Índice de Figuras

Figura 1 Intervalo de idades da população residente no CPA	39
Figura 2 Distribuição por sexo da população residente do CPA	39
Figura 3 Países de nacionalidade da população residente do CPA	40
Figura 4 Tipo de documentação legal da população residente do CPA	40
Figura 5 Tempo na situação de sem-abrigo dos residentes dos CPA	41
Figura 6 Ocupação da população residente do CPA em Portugal	42
Figura 7 Grau de escolaridade da população imigrante sem-abrigo, em Portugal (%)	66
Figura 8 Nacionalidade e país de origem dos imigrantes sem-abrigo em Portugal	66
Figura 9 Tempo de permanência dos indivíduos, em Portugal e na condição de sem-abrigo (%)	67
Figura 10 Línguas de comunicação dos residentes do CPA	67
Figura 11 Tempo de permanência em Portugal dos residentes do CPA	68
Figura 12 Tempo de acolhimento dos residentes no CPA	68
Figura 13 Causas da migração dos residentes do CPA	69
Figura 14 Grau de escolaridade da população acolhida no CPA	69

Índice de Tabelas

Tabela I	País de origem do imigrante sem-abrigo, por situação legal.....	70
Tabela II	Grelha de observação: sessão de formação aconselhamento profissional do Projeto Alba (18/04/2024)	71
Tabela III	Grelha de observação: sessão de formação aconselhamento profissional do projeto Alba (16/05/2024)	72
Tabela IV	Guião de entrevista semiestruturada aos residentes do CPA	73
Tabela V	Análise das entrevistas	74
Tabela VI	Questões do focus group aos técnicos do CPA.....	77
Tabela VII	Análise do focus group.....	78
Tabela VIII	Atividades realizadas durante o estágio.....	80
Anexo 1	Parecer da Comissão de Ética da NOVA FCSH	81

Lista de Siglas e Abreviaturas

AIMA – Agência para a Integração, Migrações e Asilo

AML – Área Metropolitana de Lisboa

CPA – Centro Pedro Arrupe

ENIPSSA – Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo

JRS – Jesuit Refugee Service

NPISA – Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

INTRODUÇÃO

O presente relatório aborda a investigação desenvolvida durante o estágio curricular do Mestrado em Migrações, Inter-etnicidades e Transnacionalismo, realizado no Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS), com a duração de 800 horas, e que decorreu entre 11 de setembro de 2023 e 5 de julho de 2024. O estudo foca-se na inserção profissional de imigrantes em situação de sem abrigo acolhidos no Centro Pedro Arrupe (CPA) do JRS.

A participação diária nas atividades do CPA, centro de acolhimento para imigrantes em situação de sem-abrigo, mais especificamente no Gabinete Social, permitiu acompanhar de perto as vivências da população acolhida, em particular as suas experiências de inserção no mercado de trabalho em Portugal. Foram recolhidos testemunhos importantes que destacam tanto os desafios enfrentados por esta população como as respostas institucionais disponíveis para facilitar a sua integração, proporcionando uma visão mais clara sobre as suas realidades.

Segundo o diploma legal (Diário da República nº142/2017, p.3925), *“uma pessoa em situação de sem-abrigo é aquela que, independentemente da sua nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, encontra-se sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito.”* Esta definição abrange ainda aqueles em risco de se tornarem sem-abrigo, como pessoas alojadas em instituições, cuja estadia se prolonga devido à falta de resposta habitacional, ou em situações de insegurança habitacional, como o risco de despejo (Diário da República nº142/2017).

A população residente no Centro Pedro Arrupe enquadra-se na categoria de sem-abrigo “sem casa”, uma vez que estão alojados num Centro de Acolhimento Temporário, isto é, *“um equipamento que acolhe pessoas que não tenham acesso a um alojamento permanente e que promova a sua inserção, (...) que visa o acolhimento, por um período de tempo limitado.”* (Diário da República nº142/2017).

Dada a crescente diversidade demográfica em Portugal resultante da imigração, torna-se crucial compreender os desafios específicos enfrentados pela população

imigrante na sua integração social e económica, identificando os fatores que aumentam a sua vulnerabilidade, de forma a desenvolver políticas públicas eficazes e inclusivas.

Existe um escasso número de estudos sobre a população imigrante em situação de sem-abrigo em Portugal, sendo que o único estudo sobre esta população foi realizado há mais de uma década, cuja realidade se transformou. Este relatório analisa uma temática atual que tem sido alvo de discursos populistas e busca apresentar os factos e desconstruir mitos através dos relatos da própria população, e mostrar que a implementação de políticas públicas, assentes em redes formais de apoio, como o JRS, pode contribuir para reduzir o impacto desta realidade.

O estudo analisa os fatores micro, meso e macro na migração, a importância das redes sociais e as dimensões de integração. Além de caracterizar a população acolhida, o relatório também estuda o papel fundamental da formação e da inserção profissional na integração destas pessoas no país e para a saída da situação de sem-abrigo. Através da recolha das suas vivências e da intervenção dos técnicos de acompanhamento do Centro Pedro Arrupe, o estudo dá voz a esta população e destaca as práticas de intervenção fundamentais para a sua integração.

Para atingir os objetivos do estudo, foram adotados métodos de pesquisa qualitativa, incluindo a realização de seis entrevistas semiestruturadas a um grupo representativo dos residentes do Centro, além de um *focus group* com os técnicos que trabalham diretamente com esta população. O estudo permitiu reunir informações sobre o processo de formação e inserção profissional desta população, tanto através da perspetiva dos próprios residentes do Centro quanto dos profissionais que aí intervêm diariamente.

O relatório está organizado em cinco partes. A primeira faz um enquadramento teórico dos fatores micro, meso e macro da migração, analisa o impacto das redes sociais e das dimensões da integração, com o objetivo de compreender a presença desta população em Portugal e a importância das redes sociais e das práticas de integração na sociedade de acolhimento. A segunda parte aplica esse enquadramento teórico à população imigrante em situação de sem-abrigo, caracterizando os seus perfis em Portugal. Em seguida, é apresentada a instituição de acolhimento do estágio, descrevendo os objetivos definidos e as atividades observadas e realizadas durante a prática, que permitiram enriquecer a pesquisa. Em seguida, é definida a metodologia utilizada e algumas limitações encontradas, e são apresentados os resultados e a análise da

investigação conduzida no Centro Pedro Arrupe. A conclusão relaciona a teoria com a prática, refletindo sobre as principais contribuições desta investigação.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Fatores micro, meso e macro da migração

A migração é um fenómeno complexo, motivada por uma combinação de fatores interativos nos níveis micro, meso e macro. Elementos como redes sociais, tempo, contexto, história, condições políticas e económicas, bem como a relação entre risco e oportunidade, influenciam significativamente o processo migratório (Goldin et al., 2011).

A análise destes fatores considerou o modelo de Ian Goldin como base analítica para compreender os fatores que podem influenciar a migração para Portugal, como forma introdutória da temática. Este modelo oferece uma estrutura abrangente para entender as motivações e circunstâncias que impulsionam a migração, essencial para analisar como esta população, ao chegar a Portugal, enfrenta desafios que impactam diretamente a sua formação e inserção no mercado de trabalho, e que frequentemente culminam na situação de sem-abrigo.

A nível micro, a migração é uma escolha, ainda que limitada, onde indivíduos ou famílias realizam um cálculo de custo/benefício ao considerar tanto as promessas de melhores oportunidades, quanto os riscos psicológicos e financeiros. Além das razões económicas, muitos migrantes buscam proximidade com a família, aceder a oportunidades de estudo, expandir as suas perspetivas ou escapar de constrangimentos políticos ou sociais. Esta decisão nem sempre é individual, podendo fazer parte de uma “estratégia de subsistência” familiar, visando diversificar as fontes de rendimento, ao invés de apenas ganhos pessoais (Goldin et al., 2011).

A história de migração dentro da família ou comunidade também influencia essa decisão. Os primeiros migrantes costumam ser jovens e solteiros, com menos obrigações familiares, dispostos a correr mais riscos, motivados principalmente pelas diferenças salariais entre países. Com o tempo, à medida que membros da família ou da comunidade se estabelecem no estrangeiro, a migração subsequente é frequentemente motivada pelo desejo de estar próximo da família e amigos. Esse processo de migração familiar, muitas vezes com o objetivo de trabalhar no estrangeiro e enviar dinheiro para casa, busca melhorar a qualidade de vida da família no país de origem e prevenir a pobreza (Goldin et al., 2011).

A nível meso, as redes sociais e o capital social desempenham um papel crucial na facilitação da migração. Estas redes reduzem as barreiras e os riscos associados à mobilidade transfronteiriça, conectando os migrantes a oportunidades no país de destino e transmitindo informações valiosas sobre condições de vida e trabalho. Embora as diferenças salariais e as análises de custo/benefício individuais possam criar condições para a migração, é a inserção das pessoas em redes migratórias que explica por que alguns migram e outros não, e por que os fluxos migratórios se mantêm ao longo do tempo entre determinados países (ou até entre comunidades específicas). A “migração em cadeia” é um exemplo desse fenómeno, em que a presença dos membros da família ou amigos já estabelecidos no país de destino incentiva a migração subsequente (Goldin et. al, 2011; Portes & Böröcz, 1989, p. 612).

A nível macro, os fatores estruturais, como condições económicas adversas e instabilidade política nos países de origem, empurram as pessoas a procurar melhores condições de vida no exterior. Paralelamente, as políticas de imigração dos países de destino moldam a possibilidade de entrada e permanência legal, influenciando diretamente o acesso a oportunidades de emprego e formação. As políticas de controlo fronteiriço e as regulamentações de imigração, como requisitos de visto e procedimentos de entrada, influenciam o fluxo migratório. Além disso, a existência de acordos internacionais e regionais sobre a migração e proteção dos seus direitos também podem influenciar a migração (Goldin et. al, 2011). Um exemplo disso em Portugal é a autorização de residência para os cidadãos nacionais de países pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa¹.

As políticas migratórias restritivas podem dificultar a legalização dos migrantes, expondo-os a riscos significativos como a exploração laboral e situações de vulnerabilidade, como por exemplo a condição de sem-abrigo. Estas políticas limitam as oportunidades de trabalho formal e seguro, exacerbando a marginalização e a exclusão social. As barreiras legais e administrativas impedem o acesso a direitos e serviços essenciais, forçando muitos a aceitar condições de trabalho precárias e a viver em situações de grande insegurança. Esta exclusão do mercado de trabalho formal e a falta

¹ A Resolução da Assembleia da República n.º 313/2021, de 9 de dezembro, aprovou o Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Acordo CPLP), assinado em Luanda, em 17 de julho de 2021, estabelecendo o quadro de cooperação em matéria de mobilidade dos cidadãos dos Estados-Membros da CPLP, e entre esses mesmos Estados, através de um sistema flexível e variável que atende às particularidades relativas a cada Estado (Diário da República n.º142/2017, 2017, p. 92).

de proteção legal contribuem para um ciclo de pobreza e marginalização, que frequentemente culmina em situações de sem-abrigo e outras formas de vulnerabilidade social (Goldin et al., 2011).

A segmentação dos mercados de trabalho impulsiona a migração internacional, ao criar uma procura contínua por mão de obra barata para ocupar empregos que os trabalhadores do setor primário tipicamente rejeitam, principalmente por motivos de estatuto social e privação relativa (Piore, 1979). Isto explica a persistência da migração de baixa qualificação para países ricos e a coexistência do desemprego e da imigração. Saskia Sassen (1988) reforça que, nas cidades globais, o consumo de luxo dos trabalhadores altamente qualificados aumentou a procura no mercado de trabalho, particularmente nos serviços de baixa qualificação, como limpeza, cuidados infantis e restauração (Sassen, 1988; de Haas, 2011).

1.2. Redes sociais e capital social

Considerando os fatores do nível meso, as redes sociais e o capital social desempenham um papel crucial no processo migratório, influenciando tanto a decisão de migrar quanto a integração dos imigrantes no país de destino. Essas redes, compostas por familiares, amigos, comunidades ou organizações, fornecem suporte emocional, informações sobre oportunidades de emprego e habitação, além de recursos essenciais para reduzir os riscos e os custos associados à migração. Embora estas redes possam facilitar o início da vida no novo país, elas podem enfraquecer ou ser insuficientes por diversas razões, contribuindo para a exclusão social e a precariedade.

Massey et al. (1998) destacam a relevância das redes sociais na migração, definindo-as como conjuntos de laços interpessoais que ligam migrantes, ex-migrantes e não migrantes nas áreas de origem e de destino, através de laços de parentesco, amizade e origem comunitária partilhada. Estes laços promovem o bem-estar e são cruciais para a acumulação do capital social. Segundo Paugam (2009), existem quatro tipos de laços principais: os laços familiares que sustentam a solidariedade intergeracional (laços de filiação), os laços de participação eletiva que envolvem a construção de redes de pertença através da socialização extrafamiliar, os laços de participação orgânica referem-se aos laços que se estabelecem através das atividades profissionais e proporcionam reconhecimento social com base no desempenho laboral, e os laços de cidadania, que garantem proteção através dos direitos civis, políticos e sociais.

Bourdieu (1986) defende que os capitais são recursos fundamentais que estruturam as relações sociais. O capital económico refere-se a recursos financeiros e materiais, como dinheiro e propriedades, que proporcionam poder de compra e segurança. O capital cultural envolve conhecimentos, educação, habilidades, adquiridos formalmente ou informalmente. O capital simbólico representa o prestígio ou estatuto social, enquanto o capital social é definido pelo autor como “*o conjunto de recursos reais ou potenciais ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento e reconhecimento mútuos - ou, por outras palavras, à pertença a um grupo*” (Bourdieu, 1986, p. 247). Estas redes são fundamentais para o acesso a recursos económicos, culturais e sociais, sendo particularmente importantes para imigrantes, pois facilitam a obtenção de informações sobre emprego, habitação e apoio emocional, além de ajudarem na adaptação ao novo país.

O capital social de uma pessoa depende do tamanho da sua rede e da quantidade de capital (económico, cultural ou simbólico) que cada um desses contactos possui. O capital social está interligado com o capital económico e cultural, já que as trocas sociais pressupõem o reconhecimento de um mínimo de homogeneidade objetiva entre as pessoas. Se essas trocas cessam, as redes enfraquecem, resultando na perda de capital social. Isso é particularmente relevante para os imigrantes que, ao mudar de país, muitas vezes perdem o contacto com as suas redes de origem, como familiares e amigos, e encontram dificuldade para formar novas redes no país de destino (Bourdieu, 1986).

A eficácia das redes sociais reside na capacidade de criar e manter vínculos que sustentam o processo migratório. A manutenção e reforço dessas redes exige um esforço contínuo de sociabilidade e trocas materiais e simbólicas, que transformam relações contingentes, como as de vizinhança ou local de trabalho, em relações duradouras. Este processo requer um investimento constante de tempo e energia para manter e reforçar os laços de reconhecimento mútuo dentro do grupo (Bourdieu, 1986). Para os imigrantes, a reconstrução desses laços pode ser difícil num novo contexto, onde a falta de semelhanças culturais e sociais com as pessoas no novo país pode dificultar a criação de novas redes. A ausência dessas redes de apoio limita o acesso ao capital simbólico e económico, resultando numa marginalização mais profunda.

A quebra das redes sociais traz graves consequências. Sem acesso a uma rede de apoio eficaz, os imigrantes tornam-se mais vulneráveis à exclusão social e à vulnerabilidade. Conforme Bourdieu (1986), o capital social está interligado com o

capital económico e cultural, o que significa que, quando as redes sociais se rompem, os indivíduos perdem também o acesso a oportunidades de trabalho, apoio económico e outros recursos essenciais que facilitam a sua integração. Segundo Portes (1998), quando esses laços enfraquecem – devido à precariedade, isolamento ou falta de apoio familiar e comunitário – os imigrantes ficam mais suscetíveis à exclusão social, o que pode culminar em situações de extrema vulnerabilidade, como a de sem-abrigo.

Enquanto o capital social positivo facilita o acesso a recursos valiosos, como oportunidades de emprego, apoio emocional e integração social, o capital social negativo resulta da falta de redes de suporte eficazes ou de redes que, ao invés de ajudar, prejudicam os indivíduos. Este pode surgir quando as redes não são suficientemente fortes para enfrentar situações de vulnerabilidade extrema, gerando um ciclo de exclusão social que limita o acesso a recursos e perpetua a pobreza e vulnerabilidade (Portes, 1998).

Desta forma, as redes sociais e o capital social desempenham um papel essencial na integração dos imigrantes, proporcionando acesso a recursos fundamentais, como emprego e habitação. No entanto, o enfraquecimento destas redes pode agravar a exclusão social. Assim, o estudo destas dinâmicas oferece um ponto de partida crucial para compreender os desafios enfrentados pelos imigrantes em situação de sem-abrigo, essenciais para romper o ciclo de vulnerabilidade e promover a sua integração na sociedade.

1.3. As três dimensões da integração

No processo de migração, a integração dos imigrantes no país de acolhimento é um fator crucial para compreender o seu percurso profissional e social. A análise das dimensões de integração permite explorar como os imigrantes se inserem na sociedade, especialmente no contexto de formação e inserção profissional. Para a população imigrante em situação de vulnerabilidade, como aqueles em risco de exclusão social ou de sem-abrigo, é essencial entender essas dimensões para identificar os obstáculos que enfrentam e as oportunidades de apoio que podem facilitar a sua autonomia e estabilidade.

O emprego é um dos elementos mais importantes no âmbito da integração, pois desempenha um papel central na adaptação dos imigrantes ao novo contexto social e económico. Permite a aquisição de rendimentos, o planeamento de um futuro mais estável, facilita o contacto com membros da sociedade de acolhimento, oferece

oportunidades para o desenvolvimento de competências linguísticas e contribui para a restauração da autoestima e da autossuficiência (Ager & Strang, 2008).

Dados recentes mostram que a atividade profissional é o principal motivo para a concessão de títulos de residência em Portugal, representando 51.525 casos, seguido pelo reagrupamento familiar com 27.054 casos e outros motivos (13.267) (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2023, p. 16). No entanto, a integração profissional enfrenta barreiras significativas, como o não reconhecimento das qualificações e da experiência profissional adquirida no país de origem, o que dificulta o acesso ao mercado de trabalho e limita o sucesso na trajetória de integração. A falta de integração profissional adequada contribui para um declínio na sociabilidade, resultando em isolamento e dependência de instituições de apoio (Monteiro et al., 2013).

Penninx e Garcés-Mascreñas (2016), definem a integração como “*o processo de se tornar uma parte aceite da sociedade*”, destacando três dimensões principais: jurídico-política, socioeconómica e cultural-religiosa. Estas dimensões correspondem aos três principais fatores que interagem e influenciam a imigração e a integração: o Estado, o mercado e a nação, que moldam o nível de aceitação e participação dos imigrantes na sociedade (Penninx & Garcés-Mascreñas, 2016).

A dimensão jurídico-política refere-se aos direitos e estatutos de residência e participação política dos imigrantes, avaliando até que ponto são considerados membros plenos da comunidade política. A integração nessa dimensão varia entre dois extremos: num extremo está a posição do imigrante irregular, que não possui reconhecimento legal, apesar de poder estar integrado nas outras dimensões; no outro extremo está a posição do imigrante que adquiriu a cidadania nacional. Entre estes extremos, existe uma ampla gama de situações, que se expandiu nas últimas décadas devido às tentativas dos estados europeus de regular a migração internacional e dos novos estatutos e direitos decorrentes do regime migratório da UE (Penninx & Garcés-Mascreñas, 2016).

A dimensão jurídico-política é evidenciada pela necessidade dos imigrantes em obterem um título de residência que lhes permita trabalhar legalmente no país. Este título é essencial para o acesso a serviços e recursos, como o Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), que fornece suporte na procura de emprego, formação profissional e apoios sociais, como o Rendimento Social de Inserção (RSI). Além disso, o Alto Comissariado para as Migrações (ACM) e os Centros Nacionais de Apoio à Integração

de Migrantes (CNAIM) desempenham um papel significativo no apoio à elaboração de currículos e na candidatura a empregos (Alto Comissariado para as Migrações, I.P., 2022).

A dimensão socioeconómica, no contexto da integração dos imigrantes, refere-se à sua posição social e económica no país de acolhimento, independentemente da sua nacionalidade. Para compreender esta dimensão é essencial analisar o acesso e a participação dos imigrantes em setores fundamentais como o emprego, habitação, educação e saúde. Questões como a igualdade de oportunidades para encontrar trabalho ou obter formação, o uso efetivo desses serviços e os resultados obtidos em comparação com os nativos com qualificações equivalentes, são centrais. Quando surgem disparidades significativas, estes dados são essenciais para orientar políticas públicas que promovam uma integração mais equitativa e inclusiva, especialmente no que diz respeito à formação profissional e inserção no mercado de trabalho (Penninx & Garcés-Mascareñas, 2016).

A dimensão cultural-religiosa explora as perceções e práticas tanto dos imigrantes como da sociedade de acolhimento, bem como as respostas de ambas as partes à diversidade cultural e religiosa. A aceitação dessa diversidade pela sociedade de acolhimento pode variar. Nos extremos desta dimensão, encontramos desde sociedades que rejeitam a diversidade e impõem a assimilação, até aquelas que valorizam e promovem uma coexistência igualitária de identidades, culturas e crenças. Entre estes polos, há diversas posições intermédias, em que algumas expressões de diversidade são aceites no espaço privado, mas enfrentam resistência ou são parcialmente aceites no espaço público (Penninx & Garcés-Mascareñas, 2016).

A disponibilidade de apoio institucional e a ausência de discriminação são cruciais para que os imigrantes não apenas acedam ao mercado de trabalho, mas também se sintam aceites e reconhecidos na sociedade. A integração plena depende, portanto, de uma combinação equilibrada destas dimensões, garantindo que os imigrantes possam construir uma nova vida em Portugal de forma digna e igualitária.

O enquadramento teórico, considerando o modelo de Ian Goldin sobre os fatores micro, meso e macro da migração permite uma compreensão integrada dos fatores que impulsionam a migração e dos desafios enfrentados pela população migrante ao chegar a Portugal. As escolhas individuais, as redes sociais e os fatores macroeconómicos interagem entre si, criando situações de vulnerabilidade para a população imigrante sem-abrigo, sendo importante a existência de políticas migratórias mais inclusivas e redes de apoio que possam mitigar os riscos e facilitar a sua inserção social e profissional.

2. SEM-ABRIGO E IMIGRAÇÃO

A análise da população imigrante em situação de sem-abrigo em Portugal requer uma abordagem multidimensional da migração e integração. Os fatores micro, meso e macro ajudam a entender as razões que levam os imigrantes ao país, enquanto as redes sociais e as dimensões de integração são cruciais para perceber as barreiras que enfrentam. Desta forma, são analisadas essas perspectivas na situação dos sem-abrigo imigrantes, sendo essencial para identificar os desafios específicos desta população, oferecendo uma visão mais completa sobre a exclusão social e o impacto na sua integração profissional e social.

Uma forma eficaz de compreender a população imigrante em situação de sem-abrigo em Portugal é diferenciá-la em duas categorias principais: “sem-abrigo imigrante” e “imigrante sem-abrigo”. Esta distinção permite uma análise mais precisa das diferentes causas e desafios enfrentados por esta população. A categoria “sem-abrigo imigrante”, refere-se a pessoas cuja condição de sem-abrigo não é diretamente causada pela experiência migratória. Estas tornam-se sem-abrigo devido a fatores como a crise económica ou o desemprego, aos quais podem estar mais vulneráveis por serem estrangeiros. Por outro lado, “imigrante sem-abrigo” descreve aqueles cuja situação de sem-abrigo está intrinsecamente ligada à exclusão social no país de acolhimento. Nesses casos, a falta de redes de apoio e as dificuldades no acesso a serviços sociais agravam a sua desvantagem em relação à população nacional (Monteiro et al., 2013).

Muitos imigrantes chegam a Portugal em busca de melhores oportunidades, mas a vida que encontram é frequentemente marcada por desafios. A separação familiar, o choque cultural e a adaptação a uma nova sociedade podem levar à marginalização e, eventualmente, à situação de sem-abrigo. Esses desafios individuais são exacerbados por problemas de saúde mental e abuso de substâncias, que podem surgir como consequências diretas do *stress* e da fragilidade emocional gerada pelo processo migratório. Além disso, conflitos familiares e discriminação racial limitam a capacidade de muitos imigrantes criarem redes de apoio (Miguel et al., 2010). As condições de trabalho precárias, a exploração laboral e a informalidade agravam ainda mais essa situação, com promessas de emprego que muitas vezes não se concretizam, deixando-os sem recursos financeiros. A falta de um rendimento estável compromete o acesso à habitação e a outros direitos básicos, agravando a exclusão social e a vulnerabilidade (Sousa & Almeida, 2001).

Fatores macro, como as políticas de imigração restritivas e as condições económicas estruturais, têm um impacto significativo na capacidade dos imigrantes se integrarem. Por exemplo, o estatuto legal dos imigrantes dificulta o acesso a benefícios sociais e serviços de desemprego. Sem trabalho regular e bem remunerado, a participação plena na sociedade de acolhimento torna-se cada vez mais distante, colocando os imigrantes numa posição de desvantagem, contribuindo para o ciclo de exclusão social (Haj Ahmad & Busch-Geertsema, 2024).

As redes sociais desempenham um papel crucial na experiência de integração dos imigrantes, podendo facilitar o acesso ao trabalho, habitação e oferecer apoio emocional. No entanto, muitos imigrantes em situação de sem-abrigo têm redes sociais enfraquecidas ou inexistentes, o que agrava a sua vulnerabilidade. Telheiro (2013) define a população sem abrigo como “*carentes de teto, laços familiares, trabalho e autoestima*” (p. 11), destacando a fragilidade emocional e social que as coloca em situações de exclusão. Neste contexto, as redes sociais, tanto familiares quanto comunitárias, podem atuar como um capital social crucial para a prevenção do sem-abrigo, mas muitas vezes são insuficientes ou inexistentes, o que agrava a sua vulnerabilidade (Telheiro, 2013).

O conceito de capital social negativo, discutido por Portes (1998), reflete a falta de redes de suporte adequadas ou de redes que, ao invés de ajudar, prejudicam os indivíduos. Sem essas redes, os imigrantes ficam mais isolados, o que limita o seu acesso a informações cruciais sobre o emprego e direitos sociais, perpetuando a sua vulnerabilidade (Portes, 1998). Exemplos práticos dessa realidade incluem imigrantes que, ao chegarem a Portugal são enganados com promessas de emprego que nunca se concretizam, ou que acabam por trabalhar em condições de exploração, sem contratos formais ou direitos laborais. Esta vulnerabilidade é reforçada quando consideramos o estatuto legal de muitos imigrantes, que não lhes permite aceder a benefícios sociais ou serviços de desemprego, dificultando a sua integração e perpetuando a sua exclusão (Haj Ahmad & Busch-Geertsema, 2024).

A condição de sem-abrigo também é vista como um fenómeno estrutural das sociedades modernas, resultante da organização social e das formas de proteção social existentes (Telheiro, 2013). As políticas de imigração e as condições económicas estruturais em Portugal influenciam diretamente a situação de sem-abrigo entre os imigrantes. O acesso limitado ao mercado de trabalho e à habitação, devido ao aumento dos preços, à falta de políticas de habitação acessível e o desemprego dificultam ainda

mais as oportunidades de estabilidade financeira e social dos imigrantes, colocando-os numa posição de desvantagem significativa. Esta população fica assim mais desprotegida no que diz respeito a situações de informalidade no trabalho e à exploração laboral, o que os torna especialmente vulneráveis à perda de emprego e de habitação (Goldin et al., 2011).

Por exemplo, muitos imigrantes em situação de sem-abrigo enfrentam dificuldades em encontrar habitação acessível, não apenas devido à sua situação financeira precária, mas também por causa das barreiras impostas pelas políticas de imigração. A crise habitacional em Portugal tem tido um impacto desproporcional sobre as populações vulneráveis, como os imigrantes, que muitas vezes são forçados a viver em condições precárias ou em alojamentos temporários, o que pode eventualmente levar à situação de sem-abrigo.

Esta situação de sem-abrigo acarreta diversas consequências para a dignidade humana, exacerbadas pela escassez de recursos económicos e pelo estigma social que a acompanha. Este estigma provoca sentimentos de inferioridade, humilhação e desvalorização, enfraquecendo as relações de pertença e criando dificuldades na manutenção de vínculos laborais. Além disso, a situação de sem-abrigo pode levar a uma acomodação perante a situação, contribuindo para o desgaste psicológico, a desmotivação e a diminuição das habilidades cognitivas e relacionais (Quintas, 2010). Todas estas questões intensificam a desvantagem social e a invisibilidade dos sem-abrigo, aumentando as suas dificuldades nas áreas de relacionamentos, família, habitação, reabilitação, integração social e profissional. Para os imigrantes em situação de sem-abrigo, essas dificuldades são ampliadas por questões relacionadas com o seu estatuto de imigração, incluindo dificuldades no acesso aos direitos sociais e humanos (Monteiro et al., 2013).

A escassez de dados sobre a população imigrante em situação de sem-abrigo dificulta uma análise mais profunda deste fenómeno. A articulação entre fatores micro, meso e macro torna claro que a situação dos imigrantes sem-abrigo em Portugal é o resultado de uma combinação complexa de barreiras individuais, institucionais e estruturais. A teoria das redes sociais e do capital social permite compreender que as redes sociais, tanto familiares quanto comunitárias, podem atuar como um capital social crucial para a prevenção do sem-abrigo, no entanto, devido à emigração ou à entrada na situação de sem-abrigo, entre outras situações, muitas vezes estas redes acabam por enfraquecer,

o que agrava a vulnerabilidade desses indivíduos e dificulta a sua integração (Rodrigues et al., 2017, p. 66).

2.1. Caracterização da população imigrante sem-abrigo em Portugal

O presente capítulo da caracterização da população imigrante em situação de sem-abrigo em Portugal considerou os inquéritos de caracterização das pessoas em situação de sem-abrigo da ENIPSSA e o estudo de caracterização realizado pelo Observatório da Imigração a indivíduos acompanhados em instituições do distrito de Lisboa, no ano 2013, devido à inexistência de estudos mais recentes.

Segundo o Inquérito de Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo de 2022, realizado pela Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (ENIPSSA), verificou-se um aumento no número de pessoas em situação de sem-abrigo em Portugal Continental. Em 2022, foram identificadas 10.773 pessoas nesta situação, das quais 5.975 (55%) sem teto e 4.798 (45%) sem casa. Este número representa um aumento de 19% em relação a 2021, quando foram registadas 9.604 pessoas em situação de sem-abrigo, sendo 4.873 (51%) sem teto e 4.731 (49%) sem casa (ENIPSSA, 2022b). Cabe destacar que a obtenção destes dados depende da taxa de resposta dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS) ou do Núcleo de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) dos concelhos do continente, sendo possível encontrar falhas por dados desconhecidos.

A maior concentração desta população encontrava-se na Área Metropolitana de Lisboa (AML), correspondendo a 43% do total, sendo que desta, 70% encontrava-se sem casa. O seu perfil era predominantemente masculino, e a faixa etária predominante era a dos 45 e 64 anos (32% nos indivíduos sem teto e 49% sem casa), para ambas as condições. A maioria tinha nacionalidade portuguesa, embora 13% das pessoas sem teto tenham nacionalidade desconhecida. A tendência é semelhante em todo o país, exceto no Alentejo, onde 55% das pessoas em situação de sem casa eram estrangeiras (ENIPSSA, 2022b). Os dados de 2021 identificam que 11% da população em situação de sem-abrigo era composta por pessoas oriundas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), percentagem que aumentou para 20% na AML (ENIPSSA, 2022a).

O nível de escolaridade de quase um terço das pessoas sem teto é desconhecido. No entanto, para os que se conhece, o ensino básico – 1º ciclo (37%) e o 2º/3º ciclo (33%) eram os mais representados. A AML registou os níveis de escolaridade mais elevados,

sendo que 16% tinha, pelo menos, o ensino secundário. Entre as pessoas na condição de sem casa, o nível de escolaridade mais comum era o 2º/3º ciclo do ensino básico (44%) (ENIPSSA, 2022b).

Quanto à duração na situação de sem-abrigo, para 18% da população sem teto, esta informação era desconhecida. Entre os dados disponíveis, o mais frequente era estarem nesta condição entre 1 e 5 anos (32%), seguidos dos que entraram na condição há, no máximo, 1 ano (27%). As regiões Norte e a AML registaram as maiores proporções de casos mais recentes, com 29% e 43%, respetivamente, vivendo na condição de sem teto há menos de 1 ano. Para os indivíduos sem casa, 28% estavam nesta situação há menos de 1 ano (ENIPSSA, 2022b).

Entre as principais causas da situação de sem-abrigo estavam o desemprego ou precariedade no trabalho (3.233 pessoas afetadas), dependência de álcool ou de substâncias psicoativas (2.571 pessoas afetadas) e ausência de suporte familiar (2.365). (ENIPSSA, 2022b). Na síntese dos dados de caracterização de 2020 é ainda mencionada a situação de imigração não regularizada como causa para a situação de sem-abrigo que afetou 363 pessoas das 8.209 nesta situação (ENIPSSA, 2021).

Já a população imigrante em situação de sem-abrigo enfrenta desafios adicionais relacionados com o estatuto legal, a falta de emprego e o acesso limitado a benefícios sociais. A escassez de estudos sobre este grupo de população torna a obtenção de informação desafiadora, uma vez que se cruzam dois tipos de populações. Para isto foi considerado o trabalho realizado por (Monteiro et al., 2013) em 2013, um trabalho de investigação realizado às instituições de Portugal que intervinham com esta população.

Em termos gerais, a maioria dos imigrantes em situação de sem-abrigo também era do sexo masculino (90,3%) e 9,7% eram do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 26 e os 55 anos (85,6%). A concentração nas faixas etárias mais jovens (30% entre os 19 e os 25 anos) podia indicar um fenómeno de “juvenilização” desta condição. No entanto, devido a fatores geracionais ou por terem níveis de instrução mais altos, podia significar que estavam mais inclinados a procurar os serviços das instituições, facilitando assim a sua identificação (Monteiro et al., 2013).

No que diz respeito ao nível de escolaridade, a maioria possuía apenas o ensino básico ou inferior (42%), sendo que destes, 6% não possuía qualquer nível de escolaridade. Apenas 17% completou o ensino secundário e uma minoria o ensino

superior (6%) e técnico-profissional (5%). É importante ainda referir que em 31% da população estudada, o grau de escolaridade era desconhecido pelos técnicos (Monteiro et al., 2013) (Figura 7).

Os imigrantes sem-abrigo provinham principalmente dos PALOP (40,3%), havendo também uma presença significativa de indivíduos de nacionalidade Ucraniana (15,9%) e de outros países do Leste Europeu e da Ásia Central² (15%). O estudo identifica ainda 6,5% de outros países africanos, 6,3% da Roménia, 5,3% dos países da Europa ocidental e 4,3% de países orientais (Índia, Paquistão, China) (Figura 8). Eram principalmente estes últimos que se encontravam sem documentação (75%), seguido dos indivíduos de “outros países africanos” (69,2%), bem como dos indivíduos dos PALOP (65,8%) (Tabela I) (Monteiro et al., 2013).

Metade da amostra (50,4%) não possuía documentação legal, 34% declarou ter algum tipo de documento e em 15% dos casos não havia informação disponível. Apenas 30% tinham visto (4,7%) ou autorização de residência (23,2%). Entre os que tinham visto, em 3,1% dos casos o tipo de visto era desconhecido, enquanto os restantes possuíam visto de curta duração, para exercício de atividade profissional, especiais ou para reagrupamento familiar. Quanto às autorizações de residência, 71,8% eram temporárias e 28,2% permanentes, sendo a maioria (79,1%) para atividade profissional subordinada. No entanto, entre estes últimos, 81,3% estavam desempregados (Monteiro et al., 2013).

Considerando os dados do estudo, é importante referir que o tempo na situação de sem-abrigo não aumentou com o tempo de permanência em Portugal. É entre os indivíduos que estão há menos tempo em Portugal que, proporcionalmente, se encontraram um maior número de pessoas na condição de sem-abrigo (Figura 9). É possível que se tenham inicialmente integrado no país de acolhimento, vindo a tornar-se sem-abrigo após um período considerável. A maioria (54,1%) da população estudada estava há mais de 5 anos em Portugal, enquanto apenas 16% se encontrava em situação de sem-abrigo nesse mesmo período temporal. A maioria estava em situação de sem-abrigo entre 2 e 5 anos (17,1%). No entanto, é importante referir que 19% não sabia há quanto tempo estava em Portugal e 25,9% não sabia há quanto tempo estava na situação de sem-abrigo (Figura 9) (Monteiro, et al., 2013).

² Nomeadamente Afeganistão, Albânia, Bulgária, Bielorrússia, Croácia, República Checa, Estónia, Geórgia, Cazaquistão, Letónia, Lituânia, Moldávia, Federação Russa, Eslováquia, Uzbequistão, Polónia (Monteiro, Policarpo, Ramalho, & Santos, 2013).

O estudo indicou que os indivíduos mais jovens pareciam ser mais vulneráveis à situação de sem-abrigo à chegada ao país de acolhimento. Os que estavam há menos de 6 meses nesta situação tinham cerca de 38 anos, e os que estavam há mais de 5 anos tinham 44 anos, em média. Verificou-se que as pessoas oriundas dos PALOP eram as que estavam há mais tempo na situação de sem-abrigo (30% há mais de 5 anos e atingem 55% se juntar os que estão há mais de 2 anos), e à medida que o tempo nesta situação aumentava, aumentava também a ausência de documentação legal (Monteiro et al., 2013).

No que diz respeito à situação em relação ao emprego, 88,9% das pessoas imigrantes em situação de sem-abrigo abrangidas pelo estudo encontravam-se desempregadas. Quanto aos indivíduos que estavam empregados, a maioria encontrava-se em trabalhos precários sem vínculo (7,4%), ou com contrato a termo (2,3%) (Monteiro et al., 2013). A ausência de suporte familiar, o desemprego, a dependência de substâncias e problemas de saúde mental estavam entre as principais causas da situação de sem-abrigo entre imigrantes (ENIPSSA, 2022b).

Segundo estudos realizados na União Europeia, a população imigrante em situação de sem-abrigo possui diversas características, desde aqueles que têm boas oportunidades de encontrar emprego, e portanto, precisam principalmente de orientação para o mercado de trabalho, até aqueles com problemas de saúde mental e abuso de substâncias, que precisam de acesso urgente a serviços de recuperação. Entre os grupos vulneráveis estão “(...) *trabalhadores pobres ou que enfrentam condições de trabalho precárias, pessoas que tinham trabalho sem contrato e sofreram um acidente, a população idosa, pessoas com deficiência ou doenças crónicas, famílias monoparentais, crianças, vítimas de violência doméstica, entre outros*”. (FEANTSA, 2018, pp. 2-3).

A situação irregular da população imigrante é particularmente problemática, principalmente para esta população que se encontra em situação de sem-abrigo. Questões como a expiração do visto, a entrada não autorizada no país ou divórcio de um cônjuge com residência permanente, sem ainda terem adquirido um estatuto de residência independente, contribuem para essa situação. A falta de documentação válida dificulta a obtenção de dados confiáveis sobre este grupo, uma vez que as pessoas sem documentos válidos muitas vezes evitam identificar-se para não serem reconhecidos como irregulares e correrem o risco de deportação (O'Sullivan, et al., 2023).

3. ESTÁGIO CURRICULAR NO SERVIÇO JESUÍTA AOS REFUGIADOS

O estágio curricular, integrado na componente não letiva do Mestrado em Migrações, Inter-etnicidades e Transnacionalismo, foi realizado no Centro Pedro Arrupe do Serviço Jesuíta aos Refugiados, entre setembro de 2023 e julho de 2024 e teve a duração de 800 horas. O objetivo consistiu em estudar a temática da inserção profissional da população imigrante em situação de sem-abrigo em Portugal. Durante o estágio foi assumida uma atitude de observação e também de participação ativa nas dinâmicas e atividades do Centro. Considerando a temática e a população acolhida, foi realizada uma investigação qualitativa, com recurso a entrevistas semiestruturadas e um *focus group*, com o intuito de compreender como é realizada a formação e preparada a inserção profissional da população residente no Centro Pedro Arrupe.

3.1. Caracterização da entidade de acolhimento do estágio

O JRS é uma Associação Humanitária fundada em 1980, prossegue os fins de *“acompanhar, servir e defender pessoas e famílias refugiadas, deslocadas ou emigradas da sua terra natal por quaisquer motivos, em particular as mais vulneráveis, promovendo a justiça, a defesa dos direitos humanos, a assistência humanitária, o diálogo intercultural e inter-religioso e combatendo a discriminação e a exclusão social”* (Serviço Jesuíta aos Refugiados, 2024, p. 1). Presente em cerca de 50 países, o JRS foi criado em Portugal em 1992 e tem sede na Rua Rogério de Moura, Lote 59, na freguesia de Santa Clara, em Lisboa. Em território nacional, atua nas áreas do apoio social, médico e medicamentoso, apoio jurídico, encaminhamento e apoio à integração profissional, oferecendo também cursos de língua portuguesa e ações de formação para o emprego (Serviço Jesuíta aos Refugiados, 2024).

O CPA, localizado na Rua Fernanda Alves, Lotes 10/11, em Lisboa, é uma IPSS sem fins lucrativos, destinado ao alojamento temporário de imigrantes e refugiados em emergência humanitária, com acordo de cooperação para a resposta social atípica, nº 200900017175, de Centro de Alojamento Temporário celebrado com o Centro Distrital de Lisboa, em 4 de julho de 2006, com vigência a 1 maio de 2006. O alojamento visa a salvaguarda dos valores fundamentais como a dignidade humana e respeito pelos direitos e vontade do indivíduo (Serviço Jesuíta aos Refugiados, 2024).

Tem como objetivo proporcionar alojamento temporário gratuito a imigrantes em situação de vulnerabilidade social, de acordo com os critérios e condições de admissão definidos, por forma a favorecer a sua reintegração na sociedade. Surgiu como resposta a

uma necessidade de acolhimento de migrantes em situação de grande vulnerabilidade económica, com a missão de os acolher e acompanhar intensivamente ao longo do seu percurso de autonomia e integração, através do apoio multidisciplinar integrado e relação de responsabilidade e proximidade. (Serviço Jesuíta aos Refugiados, 2024).

O alojamento tem capacidade para 25 residentes, divididos entre duas alas (para residentes do sexo masculino e feminino). Só aceitam a admissão de migrantes (pessoas isoladas ou casais, com ou sem filhos menores) em situação de manifesta e comprovada vulnerabilidade social, e que não disponham de alojamento e sustento, e de quaisquer meios para prover ao seu alojamento e sustento de forma autónoma; não disponham de rede familiar e/ou social de suporte que possa suprir, ainda que de forma provisória, as dificuldades mencionadas; se encontrem na impossibilidade de obter resposta para a sua situação através dos normais mecanismos previstos pelos serviços. O alojamento é assegurado por um período de cerca de 180 dias, podendo ser prolongado por igual período, ou pelo tempo que a Equipa Técnica considerar necessário, de acordo com o grau de vulnerabilidade de cada residente. Desta forma, é subscrito um contrato de alojamento/prestação de serviço na admissão e o mesmo, podendo ser renovado mediante avaliação e inclusão de adenda com o utente (Serviço Jesuíta aos Refugiados, 2024).

A admissão no CPA pressupõe a existência de um projeto de vida a delinear conjuntamente entre o migrante e os técnicos do Gabinete de Apoio Social e da Equipa Técnica do CPA. Este Projeto de Vida consiste em todas as hipóteses de reabilitação propostas para o tempo de permanência no CPA ou por período superior, delineado num Plano Individual de Intervenção que visa criar condições para a autonomia do indivíduo, na medida das suas capacidades (Serviço Jesuíta aos Refugiados, 2024). É promovida a participação dos residentes, sendo estes responsáveis por – diariamente – fazer a sua cama, arrumar e limpar o seu quarto, bem como manter limpa a área de uso próprio, e através de escala, são responsáveis por manter limpas e arrumadas as áreas de uso comum.

A caracterização dos residentes do CPA e organização da sua documentação pessoal é materializada através da criação de processos, onde constam todos os seus dados, nomeadamente dados pessoais e sociais, tais como identificação, processo de candidatura (entrevista), contrato de alojamento, Projeto de Vida (Plano Individual de Intervenção) e folha de saída. Cada residente é registado na base de dados do JRS e possui um número de processo e registo da data de entrada e saída do Centro, nomeadamente através das frequências mensais enviadas por relatório à Segurança Social.

O plano individual de intervenção é definido no momento de acolhimento no Centro e é estabelecido com o utente considerando as dimensões legal, habitacional, apoio social, saúde, trabalho/formação e educação/família, definindo assim objetivos de intervenção, estratégias/atividades, os intervenientes, tempo de realização e a sua avaliação no momento da saída do Centro. São identificadas ainda as principais fragilidades e potencialidades de cada utente. A gestão de casos com os residentes do CPA é realizada através da prestação de apoio individualizado na definição de projetos de vida e na identificação de potencialidades a desenvolver. (Serviço Jesuíta aos Refugiados, 2024).

O Centro presta apoio e acompanhamento psicossocial e jurídico aos residentes, com o objetivo de regularizar a sua situação legal, bem como o exercício pleno dos direitos reconhecidos pela lei portuguesa. Proporciona acesso ao apoio social, à saúde e na procura de emprego e acesso a formação. Assegura o acompanhamento individualizado dos residentes, por parte de uma Equipa Técnica multidisciplinar, composta pelos técnicos do CPA e restantes gabinetes do JRS e incentiva a participação dos residentes em todos os momentos do processo, com vista à concretização dos objetivos definidos nos seus Projetos de Vida (Serviço Jesuíta aos Refugiados, 2024)

Para além do acolhimento, o Centro fornece alimentação, com apoio de entidades parceiras, condições para realização de higiene pessoal e tratamento da roupa pessoal, bem como apoio psicossocial, jurídico, apoio na procura de emprego, promoção da formação educacional e cultural, sessões de formação e esclarecimento, incentivo ao desenvolvimento de estágios não remunerados com vista à capacitação socioprofissional, promoção do acesso aos serviços de saúde e promoção do acesso ao retorno voluntário, caso se justifique (Serviço Jesuíta aos Refugiados, 2024)

A metodologia de intervenção do Centro tem como base a promoção da participação da população residente, de forma a que definam os seus objetivos e os concretizem, focando-se no acompanhamento próximo e individualizado, no seu envolvimento nas diversas atividades, com o objetivo de desenvolverem relações de confiança e proximidade, conhecer os seus perfis e necessidades e formação informal, através da sua ocupação e socialização para que desenvolvam competências importantes para a integração no mercado de trabalho (Serviço Jesuíta aos Refugiados, 2024). A realização de visitas culturais, atividades em grupo e celebração de festividades permite a promoção de momentos de lazer, cultura e convívio entre os residentes, com destaque

para visitas a locais históricos, passeios, idas ao teatro, entre outros (Serviço Jesuíta aos Refugiados, 2023b).

A manutenção de parcerias estratégicas em diversas áreas, com entidades como Grupo Jerónimo Martins, Sociedade Nacional de Estratificados (SONAE), Espírito de Sabedoria, Obra Paulo VI, Banco Nacional de Paris (BNP) Paribas, Unidade de Saúde Pública Francisco George, Pestox, Rotary Clube Portugal, Serviço de Voluntariado Europeu, Universidade Católica Portuguesa, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e Associação Boa Vizinhança procura suprir as diferentes necessidades dos residentes (Serviço Jesuíta aos Refugiados, 2023b).

A intervenção do Centro não é realizada apenas durante o acolhimento. No momento da saída da população do Centro para a autonomia, em especial das situações mais vulneráveis, a transição é apoiada através do fornecimento de apoio na obtenção de mobiliário e eletrodomésticos para os novos alojamentos, através da realização de recolhas de doações e garantindo a sustentabilidade por meio de parcerias e apoios externos (Serviço Jesuíta aos Refugiados, 2023b).

Com o objetivo de melhorar a empregabilidade e apoiar no processo de inserção na vida laboral, o Centro Pedro Arrupe dinamizou um Projeto, no início de 2024, com o apoio do BPI Fundação “la Caixa” Solidário. Este projeto tem como objetivo promover a empregabilidade dos seus residentes e da população imigrante que tenha interesse em participar, através de sessões de capacitação e formação informal em contexto de trabalho, procurando promover o autoemprego, atividades socialmente úteis, bem como a formação ao longo da vida e colmatar défices de qualificação.

Reconhecendo a importância de criar um ambiente que favoreça o crescimento pessoal e a integração social, o projeto foi estruturado em três fases. Na primeira fase, o projeto conta com sessões de capacitação informal voltadas para o desenvolvimento de *soft-skills*, com ênfase em competências relacionais, ocupação pedagógica, estabilização emocional e o aumento do bem-estar e desenvolvimento das capacidades pessoais (saber-ser e saber-fazer). A segunda fase envolve a formação *on the job*, com os participantes integrados em contexto empresarial em três setores distintos: hotelaria, transportes e retalho, em colaboração com as parcerias estabelecidas pela instituição. Na fase final, o projeto apoia os participantes no acesso ao mercado de trabalho, seja através da potencial integração nas empresas onde realizam a formação prática, ou na procura de novas

oportunidades de emprego, quando os participantes já dispõem das competências necessárias para a procura de emprego (Serviço Jesuíta aos Refugiados, 2023a).

3.2. Objetivos do estágio e atividades realizadas

De forma a organizar o trabalho a realizar durante o estágio curricular, foram definidos os objetivos gerais e específicos a atingir no estágio no CPA.

Os objetivos foram delineados para refletir um progresso contínuo ao longo do período de estágio. Inicialmente, foi essencial conhecer e compreender a instituição de acolhimento e a população alvo de intervenção. Em seguida, a participação no estágio envolveu a intervenção direta com a população residente, proporcionando acompanhamento e apoio social na concretização dos seus projetos de vida. Posteriormente, o foco foi direcionado para a análise do processo de inserção profissional e formação dos residentes, mediante a recolha de perceções tanto dos próprios residentes quanto dos técnicos que intervêm com esta população. Por fim, a participação no Projeto sobre Empregabilidade e Bem-Estar do CPA (Mudanç@4Life) tornou-se fundamental para o desenvolvimento de competências que facilitem a integração dos residentes no mercado de trabalho.

Primeiramente, e considerando os primeiros três meses da participação no local de Estágio, foi definido como objetivo geral 1. Conhecer o Centro Pedro Arrupe e a sua população-alvo de intervenção. Para atingir este objetivo foram definidos os seguintes objetivos específicos: a. Conhecer e caracterizar a população residente do CPA; b. Conhecer as respostas do CPA para as necessidades da população residente; c. Identificar e analisar as situações problema a que o CPA procura dar resposta; d. Apreender a documentação importante da instituição, regulamento, recursos e políticas sociais.

Em segundo lugar, o objetivo geral definido consistiu em 2. Realizar acompanhamento social da população residente do Centro Pedro Arrupe. Considerando a formação em Serviço Social, e de forma a conhecer as diferentes áreas de intervenção do Centro com os residentes, e as suas potencialidades e problemáticas, foram definidos como objetivos específicos: a. Realização de atendimentos sociais de definição de projeto de vida à população residente do Centro Pedro Arrupe; b. Intervir e acompanhar a nível social a população residente.

Tendo em conta o título do presente relatório, e após conhecer as problemáticas da população residente, foi definido como terceiro objetivo geral 3. Aprofundar o

conhecimento do processo de empregabilidade da população migrante. Tratando-se de um importante aspeto da integração social, e na maioria dos casos, uma das principais problemáticas da população residente (desemprego), foram definidos como objetivos específicos a. Analisar a legislação existente; b. Conhecer a perceção da população residente sobre o processo de empregabilidade em Portugal; c. Conhecer o parecer dos técnicos do Centro Pedro Arrupe sobre o processo de melhoria da empregabilidade dos utentes no Centro.

Como último objetivo, tendo em conta a oportunidade de acompanhar um novo Projeto do Centro Pedro Arrupe, consiste em 4. Promover a formação e autonomização da população residente do CPA, através da participação na Dinamização do Projeto Empregabilidade e bem-estar.

Durante o estágio, foi realizada uma participação ativa e dinamizadas diversas atividades que permitiram conhecer melhor o processo de formação e inserção profissional da população residente no Centro e contribuir para esse processo.

Inicialmente foi realizada uma observação participante das reuniões de gestão de caso dos residentes, entrevistas de acolhimento e de atividades desenvolvidas com os utentes, como sessões de sensibilização e de partilha. Através desta observação, foi possível compreender de forma mais aprofundada os processos internos e as dinâmicas de interação entre os técnicos e os residentes e as necessidades de cada indivíduo.

No apoio à procura de emprego dos residentes, foi realizada uma pesquisa de ofertas de emprego e elaboração de currículos. Com isto tornou-se possível contribuir para melhorar os níveis de empregabilidade e fornecer ferramentas necessárias para se inserirem no mercado de trabalho com mais facilidade.

Foram também realizados encaminhamentos para o Centro de Emprego e diversas formações consoante a experiência e interesse de cada residente, contribuindo para a sua formação profissional. A articulação com os serviços como a Segurança Social, Finanças, Junta de Freguesia, bancos, NPISA, Gabinete de Emprego do JRS e AIMA (Agência para a Integração, Migrações e Asilo), permitiu dar um apoio socio legal aos residentes e foi fundamental para resolver questões administrativas e promover a sua inserção social e profissional, através da solicitação do NISS, obtenção de atestados de residência, abertura de contas bancárias, renovação de títulos de residência e agendamentos, facilitando a sua integração na sociedade.

A organização dos processos sociais dos residentes e realização de atendimentos sociais para definir o seu plano individual de intervenção permitiu o exercício de funções de serviço social, participando também nas entrevistas de acolhimento e para o início do Projeto de Empregabilidade do Centro. Este acompanhamento social de alguns dos residentes do Centro Pedro Arrupe consiste na realização de atendimentos sociais, registo para processo social, e acompanhamento/intervenção do indivíduo ou agregado familiar para ter acesso aos direitos e respostas sociais existentes, de forma a promover a sua integração social, inserção no mercado de trabalho e desenvolverem competências para a saída do Centro. Para atingir este objetivo foi utilizada a escuta ativa, a definição do projeto de vida juntamente com o indivíduo, e articulação com entidades parceiras.

Foi realizado um diagnóstico social dos residentes que estavam acolhidos no dia 23/11/2023, o que proporcionou uma visão detalhada das suas características. A realização nesta data coincidiu com o início do trabalho no Gabinete Social, após a observação das atividades e trabalho desenvolvido no Centro, de forma a conhecer o perfil da população acolhida.

Foram também concretizadas entrevistas semiestruturadas a seis residentes (três do sexo feminino e três do sexo masculino), permitindo uma compreensão mais profunda das suas necessidades e das dificuldades enfrentadas na procura de emprego em Portugal. E ainda um *focus group* aos dois técnicos de acompanhamento no Centro e à formadora do curso de formação informal na área do Emprego.

E, finalmente, a observação das sessões de Aconselhamento Profissional do curso de formação informal no Centro, que permitiu adquirir um melhor entendimento das técnicas e estratégias utilizadas para orientar os utentes na sua inserção profissional.

4. O PROCESSO DE FORMAÇÃO E INSERÇÃO PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NO CENTRO PEDRO ARRUIPE

4.1. Metodologia

O tema discutido no presente relatório consiste no estudo da realidade social da população imigrante em situação de sem-abrigo em Portugal, tendo por base a população acolhida no Centro Pedro Arrupe, em Lisboa. Para este estudo foi utilizada a investigação social que se fundamenta em conceitos e teorias das ciências sociais, para ajudar a entender e interpretar a situação observada (Bryman, 2012). Desta forma, através da revisão da literatura e a recolha e análise de dados, o presente relatório adota uma metodologia de natureza qualitativa, tendo em conta que o objetivo consiste em compreender o processo de formação e inserção profissional desta população em Portugal, considerando as experiências e testemunhos da população residente no CPA.

O uso do método qualitativo tem por razão o foco numa visão mais indutiva da relação entre a teoria e a investigação, em que a primeira é gerada a partir da segunda, com o objetivo de compreender o mundo social, através de uma análise da interpretação desse mundo pelos seus participantes (Bryman, 2012). O fenómeno da população imigrante e em situação de sem-abrigo envolve experiências que são profundamente pessoais e subjetivas, que podem ser influenciadas por diversos fatores, pelo que esta metodologia permite explorar essas experiências de forma detalhada e individual, crucial para captar a sua complexidade. Da mesma forma, a flexibilidade na recolha e análise de dados qualitativos permite uma constante adaptação às circunstâncias e contexto, no que diz respeito às questões e abordagens, quando necessário.

A pesquisa com esta população específica, e relativamente pequena, possibilitou o uso do método intensivo de recolha de informação, dado o conjunto restrito de unidades de análise, permitindo dessa forma recolher informação em profundidade. Durante a recolha de informação e na participação no dia-a-dia desta população, foi adotada uma posição epistemológica interpretativa, de modo a viver e interagir no ambiente natural dos participantes, com o objetivo de compreender o mundo social através de um exame da interpretação desse mundo pelos seus participantes (Bryman, 2012). Devido à transitoriedade da população no Centro, os dados recolhidos consideraram todos os residentes acolhidos durante a presença no local de estágio, que se deu entre 11 de setembro de 2023 e 5 de julho de 2024.

Inicialmente, e de forma a aprofundar o conhecimento do CPA e a sua população residente, foi utilizada a observação participante, ou seja, a imersão no ambiente social durante 9 meses, de forma a observar e ouvir, com o objetivo de valorizar a cultura de um grupo social (Bryman, 2012). Isto ocorreu através da participação diária no Centro e de forma a compreender as experiências vividas, interações sociais e dinâmicas do grupo. Foram observadas ainda reuniões de equipa, atendimentos sociais aos residentes, ações de formação e outras atividades desenvolvidas com os residentes. A observação foi registada em grelhas de observação, onde são definidas as ações realizadas, os objetivos dessas ações, os métodos utilizados e a reflexão pessoal dessa observação (Tabelas II e III).

Na prática, e com o objetivo de observar determinados comportamentos, reações, atitudes e competências da população, a observação foi crucial para compreender e conhecer a população acolhida e o seu perfil. Já no decorrer do estudo, a observação participante permitiu refletir sobre as dificuldades sentidas e não expressas pela população, ao nível da entrada no mercado de trabalho, bem como a criação e fortalecimento de redes de suporte entre os residentes, devido à partilha dessas dificuldades.

Foi também realizado um levantamento das características da população, conhecido como diagnóstico social, que teve em conta os indicadores de idade, sexo, línguas de comunicação, nível de escolaridade, área de experiência profissional, tempo que está em Portugal e objetivos em Portugal. Esta informação foi recolhida através da observação participante, análise processual e entrevistas de acolhimento/conversas informais com os residentes. Esta recolha de elementos para conhecer o perfil da população-alvo do Centro levou ao estudo do tema da sua inserção profissional, dado que uma grande maioria dos residentes estava em idade ativa e encontrava-se à procura de emprego.

Posteriormente, a realização de entrevistas semiestruturadas consistiu na aplicação de questões um pouco mais gerais, existindo liberdade para fazer mais perguntas em resposta ao que é visto como respostas significativas (Bryman, 2012). Estas foram aplicadas a 6 residentes do CPA, 3 do sexo feminino e 3 do sexo masculino, que estavam em idade ativa e em condições para trabalhar.

As entrevistas semiestruturadas permitiram corroborar e aprofundar as experiências e sentimentos da população desde o processo de migração e integração em

Portugal, até à entrada no Centro e procura de emprego e entrada no mercado de trabalho. As questões foram definidas, e aprovadas pela Comissão de Ética da NOVA FCSH, de forma a conhecer o processo de procura de emprego e acesso a cursos de formação. As entrevistas foram realizadas em dias diferentes, consoante as disponibilidades dos residentes, no Gabinete Social, apenas com a investigadora e o entrevistado. As perguntas foram ainda traduzidas para a língua inglesa e francesa e foram gravadas em áudio. As questões iniciais permitiram reunir elementos para caracterização de cada pessoa, respeitando o anonimato, e considerando a situação de extrema vulnerabilidade, ao nível do país de origem, tempo de permanência em Portugal, grau de escolaridade, documentação e a sua situação de emprego. Foi ainda questionado o seu acesso a cursos de formação e as áreas, o apoio do Centro na fase de procura de emprego, e finalmente foi aprofundado o seu percurso de procura de emprego, dificuldades enfrentadas e sugestões de melhoria nesse processo a nível micro e meso (Tabela IV).

Deparando com as experiências dos residentes sobre o seu percurso de entrada em Portugal e procura de emprego, tornou-se importante conhecer também a visão dos profissionais que intervêm diariamente com esta população. Para esse efeito, foi realizado um *focus group*. O *focus group* é uma entrevista em grupo que facilita a discussão de um tópico bem definido, promovendo a interação entre os participantes e a construção conjunta de significados. Isto implica a discussão de vários temas entre os entrevistados que são selecionados porque estão/estiveram envolvidos numa situação particular e são questionados sobre esse envolvimento (Bryman, 2012). Desta forma, considerando a intervenção e convivência diária com a população estudada, foi considerado importante recolher a visão da coordenadora do CPA, de um técnico de acompanhamento e de uma formadora do curso de formação informal Aconselhamento Profissional, do Projeto Empregabilidade e Bem-Estar a desenvolver no Centro.

O *focus group* foi realizado já numa fase mais avançada do estágio, o que permitiu uma maior confiança com os técnicos, e enriqueceu a recolha da informação. A recolha junto destes atores exigiu a definição de questões sobre a temática, e através destas permitiu uma maior reflexão de todos e visões diferentes do tópico em discussão (Tabela VI).

As questões definidas permitiram aos atores refletir sobre o perfil da população, o surgimento das ações de formação e do Projeto que estava a decorrer, procurando compreender a origem das respostas do Centro para a intervenção com determinadas

necessidades da população, e de que forma estas têm tido efeito. Desta forma, posteriormente os atores foram convidados a refletir sobre as dificuldades na intervenção com a população, nomeadamente ao nível do emprego e que técnicas são utilizadas para ultrapassar essas dificuldades, procurando recolher a experiência na intervenção e capacitação da população, com especial foco na população desempregada. Para concluir, foram apresentadas aos atores, de forma anónima, as dificuldades identificadas pelos residentes nas entrevistas semiestruturadas, para refletirem sobre estas e sobre as respostas existentes no Centro para colmatar essas dificuldades, permitindo a reflexão para uma intervenção futura.

Como referido, conhecer o perfil da população-alvo de intervenção do Centro foi o ponto de partida para o presente estudo. O conhecimento das suas características e necessidades, maioritariamente sentidas ao nível do emprego, constituindo a obtenção de um emprego, e, assim, de uma fonte de rendimento, uma possível saída da sua situação de sem-abrigo, permitiu o desenvolvimento da temática e um maior conhecimento das experiências vividas por esta população em Portugal. A recolha do que esta população vivenciou ao nível da procura de emprego, e posteriormente a realização do *focus group* proporcionaram uma maior consciência das necessidades da população e a definição de uma intervenção mais aprofundada a nível individual e coletivo.

Uma das limitações encontradas durante o estudo foi o carácter transitório da população acolhida no CPA. A realização do Diagnóstico Social e a recolha de informação dos residentes nos primeiros meses da prática levantaram a questão da continuação da realização do Diagnóstico até ao final do estágio, dado que se trata de uma população que está constantemente em mudança, tanto pelo tempo definido de permanência no Centro, como pela situação específica de cada utente. No entanto, e para evitar um grande volume de dados dispersos no tempo e perder o foco nos objetivos, foi decidido utilizar como base a informação recolhida para o diagnóstico social dos residentes que estavam acolhidos no dia 23/11/2023.

Da mesma forma, a realização das entrevistas semiestruturadas a alguns dos residentes revelou-se desafiante, considerando a temática discutida e a recolha das suas vivências. Determinados participantes mostraram-se confortáveis para exprimirem o que sentiram e sentem durante o processo de procura de emprego e tentativa de entrada no mercado de trabalho, como por exemplo, a vivência de certas discriminações, de como o processo é cansativo a nível psicológico e a sensação de inutilidade. No entanto, alguns

participantes não desenvolviam tanto, respondendo de forma bastante sintética às perguntas. Assim, as questões foram reformuladas para algo similar a uma conversa informal entre a investigadora e o residente, o que foi facilitado pela existência de uma relação de convivência no dia a dia do Centro, e que permitiu a obtenção de respostas mais ricas e aprofundadas.

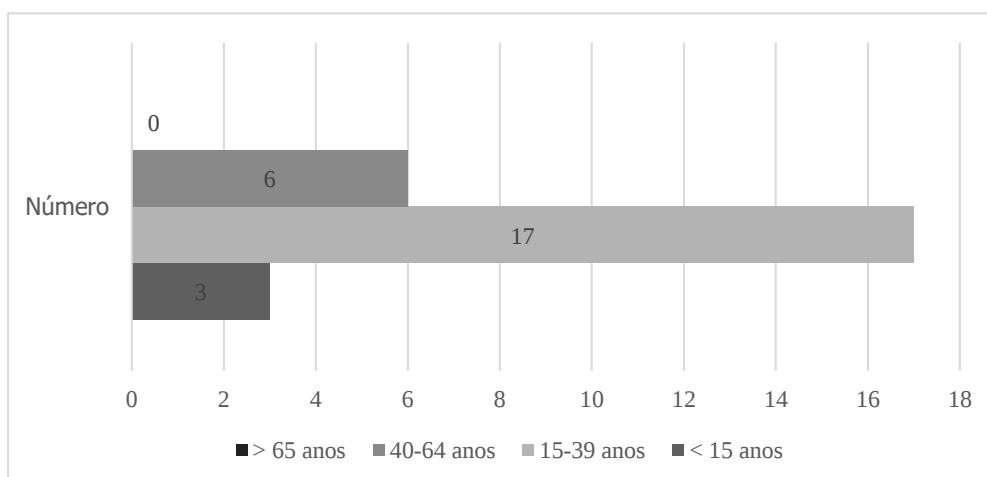
4.2. Diagnóstico social

A realização do Diagnóstico Social dos utentes residentes no centro de acolhimento foi uma das primeiras tarefas efetuadas para poder caracterizar esta população e apresentar as suas categorias predominantes. Isto implicou a recolha de informação, através da análise processual e da base de dados em formato digital dos utentes acolhidos. Considerando a duração do estágio, os dados apresentados infra dizem respeito aos utentes que estavam no Centro no dia 23/11/2023.

O diagnóstico teve em conta as variáveis de idade, género, país de nascimento, documentação legal, língua de comunicação, tempo de residência em Portugal, tempo de acolhimento no CPA e tempo na situação de sem-abrigo. A recolha destes três últimos indicadores deve-se à observação de que estes podem apresentar variações significativas, dependendo das circunstâncias de cada residente. Também foram considerados o grau de escolaridade e ocupação profissional no país de origem, bem como a ocupação atual em Portugal, e o motivo para ter ficado em situação de sem-abrigo. Este último indicador baseia-se nas situações relatadas durante as entrevistas de acolhimento, realizadas aquando da admissão da pessoa no Centro.

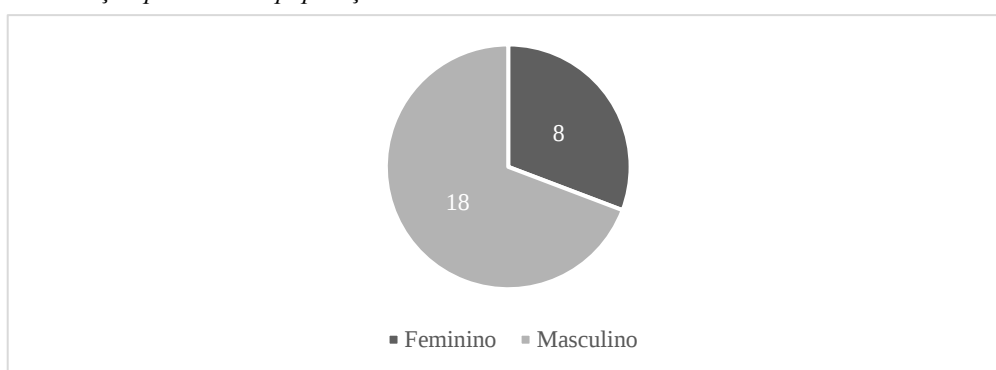
No dia 23/11/2023, encontravam-se acolhidos no CPA 26 utentes. A maior parte da população acolhida situava-se nas faixas etárias dos ativos jovens, com uma concentração mais acentuada na faixa dos 31 aos 40 anos. Além disso, existiam 3 utentes menores de idade, filhos de utentes acolhidos no Centro através do reagrupamento familiar, e apenas 1 utente com mais de 50 anos (Figura 1). Em termos de distribuição por género, a população acolhida era predominantemente masculina, com 18 utentes do sexo masculino, e 8 do sexo feminino (Figura 2).

Figura 1
Intervalo de idades da população residente no CPA



Fonte dos dados: CPA, Diagnóstico Social, nov. 2023

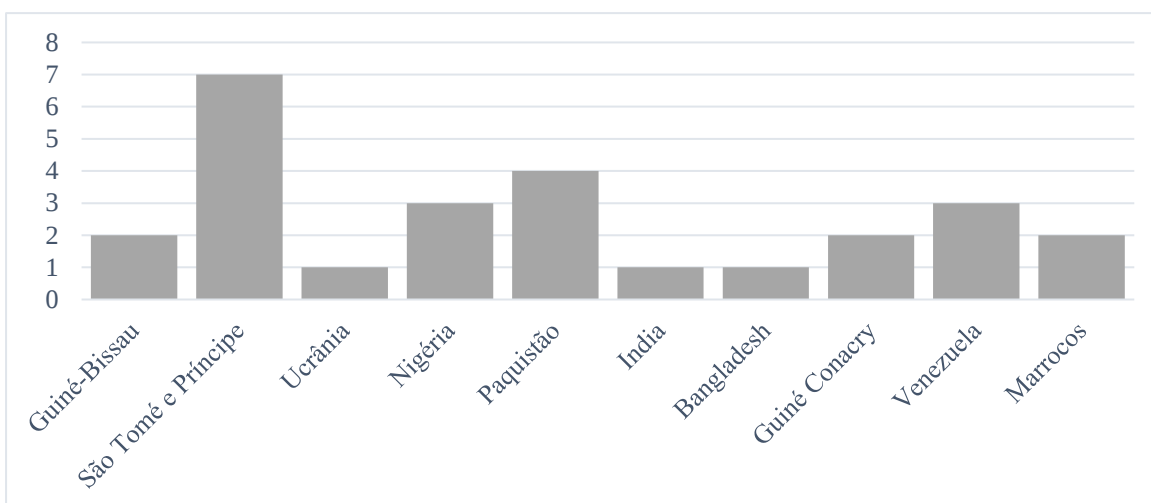
Figura 2
Distribuição por sexo da população residente do CPA



Fonte: CPA, Diagnóstico Social, nov. 2023

Entre os residentes, a nacionalidade predominante era de São Tomé e Príncipe, com 7 utentes, seguida do Paquistão com 4, Venezuela e Nigéria com 3 utentes cada, e Marrocos, Guiné-Conacri e Guiné-Bissau com 2 utentes cada. Outras nacionalidades representadas incluíam Índia, Bangladesh e Ucrânia, com 1 utente cada (Figura 3). Desta forma, a língua de comunicação predominante era a portuguesa, seguida pelo inglês (Figura 10).

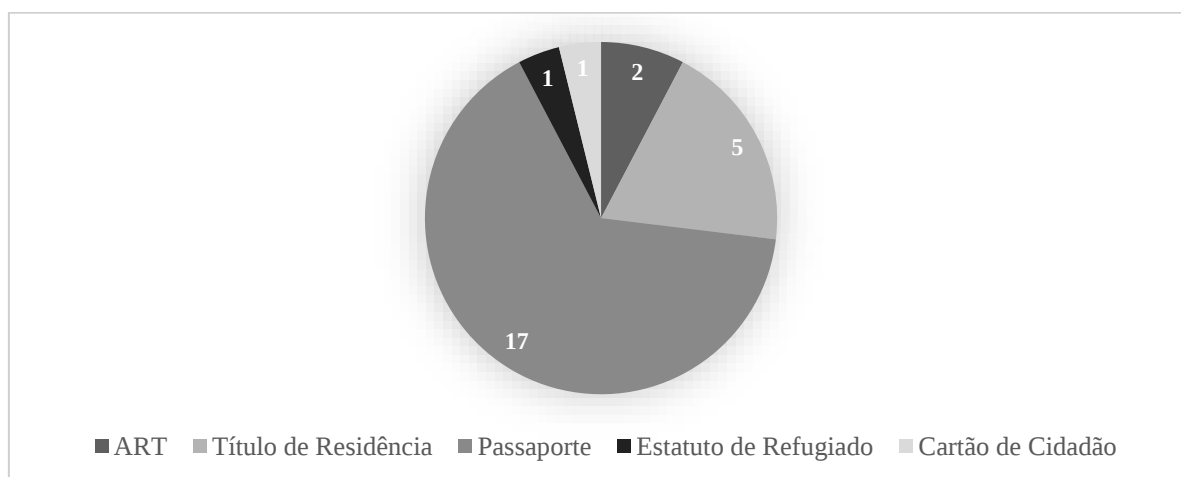
Figura 3
Países de nacionalidade da população residente do CPA



Fonte: CPA, Diagnóstico Social, nov. 2023

Quanto à documentação, a maioria dos utentes (17) possuía apenas o passaporte, enquanto 5 possuíam o título de residência e 2 tinham autorização de residência temporária (ART). Havia ainda 1 utente com residência da CPLP, 1 com estatuto de refugiado e 1 já possuía o cartão de cidadão, dado que se encontrava em Portugal há mais tempo e acolhido no âmbito do reagrupamento familiar (Figura 4).

Figura 4
Tipo de documentação legal da população residente do CPA



Fonte: CPA, Diagnóstico Social, nov. 2023

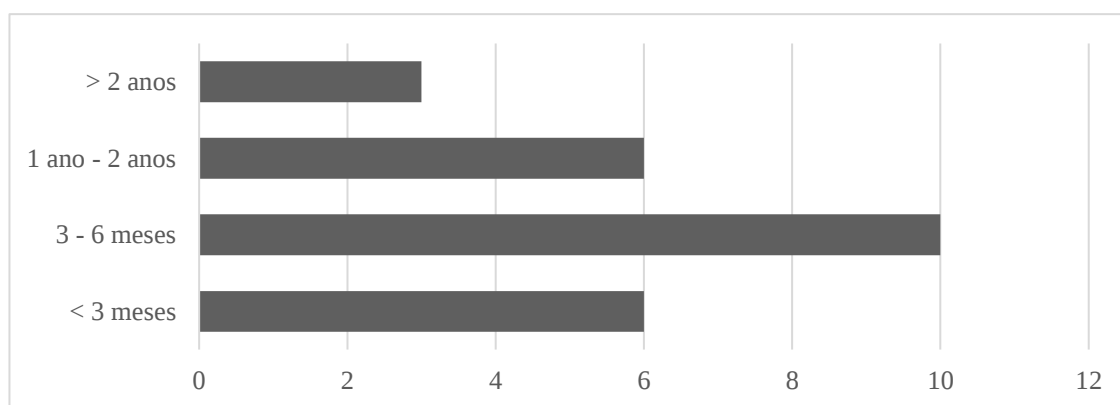
Outro indicador considerado foi o tempo de permanência em Portugal, visto que, através da observação e conhecimento da população acolhida no CPA, verificou-se que este indicador, por vezes, difere do tempo de acolhimento no CPA. Observou-se um número igual de utentes que estavam em Portugal há mais de 1 ano e entre 3 a 6 meses (7), e um número igual de utentes que estavam entre 7 meses a 1 ano e há menos de 3

meses (6). (Figura 11) No que diz respeito ao tempo de acolhimento, observou-se uma maior concentração de residentes que estavam acolhidos no Centro entre 3 a 6 meses (7), seguida por um número quase igual de residentes com menos de 3 meses (6) e aqueles entre 7 meses e 1 ano (6) (Figura 12). Observou-se ainda a presença de 4 residentes com tempo de acolhimento de 1 a 2 anos e superior, que se referiam a situações de saúde.

O tempo na situação de sem-abrigo revelou-se um indicador de estudo relevante, pois é um fator crucial na análise da situação de sem-abrigo, uma vez que o número de pessoas nesta situação, e as suas características variam significativamente de acordo com o período de tempo considerado (Shinn & Khadduri, 2020). No momento da análise, a maioria da população acolhida no CPA já se encontrava na situação de sem-abrigo entre 3 a 6 meses, o que abrange o tempo de acolhimento no CPA. Determinadas situações, como problemas de saúde, podem justificar a presença de residentes na situação de sem-abrigo por períodos mais longos.

Figura 5

Tempo na situação de sem-abrigo dos residentes dos CPA



Fonte: CPA, Diagnóstico Social, nov. 2023

Estes dados mostram que esta população é relativamente recente em Portugal, estando ainda na fase inicial de adaptação, o que dificulta o acesso ao mercado de trabalho, habitação e regularização da sua situação legal. Desta forma, o CPA é uma resposta recente e temporária para muitos residentes. Esta fase inicial de 3 a 6 meses é crítica de transição entre a chegada ao país e a procura de estabilidade.

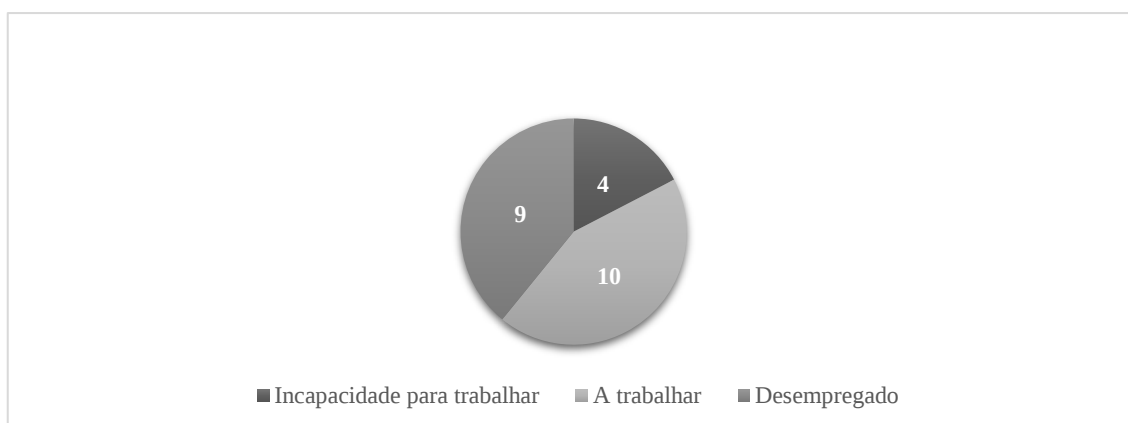
A população acolhida imigrou para Portugal, maioritariamente, por razões económicas, com o objetivo de procurar emprego, conseguir melhores condições de vida e encontrar novas oportunidades. Além disso, foram identificados casos de reagrupamento familiar, imigração por questões de saúde (através de Junta Médica e

Acordo de Saúde), e residentes com estatuto de refugiado. Apenas dois indivíduos tinham imigrado com o propósito de estudar (Figura 13).

Em relação ao nível de escolaridade no país de origem, a maioria dos residentes no CPA tinham o Ensino Secundário (13). Existiam também residentes que realizaram cursos profissionais em áreas como engenharia e contabilidade, e alguns possuíam uma licenciatura (4), nomeadamente em Engenharia Eletrotécnica, História e Ciências Humanas. Um dos residentes era analfabeto e alguns não completaram o 12º ano (Figura 14). Quanto às ocupações no país de origem, muitos trabalhavam em setores como o comércio, construção civil, contabilidade, engenharia civil e administração, existindo também alguns que eram estudantes. Importa salientar que para este indicador não foram considerados os utentes menores de idade.

Em Portugal, a maioria dos residentes no CPA (10) já se encontrava inserida no mercado de trabalho, principalmente nas áreas de limpeza, construção civil e como motoristas - setores que frequentemente não correspondem às suas áreas de formação académica. No entanto, uma parte significativa dos utentes encontrava-se em situação de desemprego (9), sendo que muitos estavam a frequentar cursos de formação profissional e de aprendizagem da língua portuguesa para melhorar as suas qualificações e integração. Importa ainda mencionar que quatro utentes se encontravam em situação de incapacidade para trabalhar, devido a problemas de saúde. Também para este indicador não foram considerados os utentes menores de idade.

Figura 6
Ocupação da população residente do CPA em Portugal



Fonte: CPA, Diagnóstico Social, nov. 2023

A razão para a situação de sem-abrigo entre os utentes do CPA revela-se complexa e multifacetada. Apesar de cada situação ser única, observa-se uma predominância de

casos associados à falta de uma rede de suporte familiar. Muitos utentes encontram-se no Centro devido à falta de emprego e, consequentemente, à ausência de rendimentos para poderem arrendar uma habitação. Além disso, foi possível observar o caso de um utente que, por ser refugiado, também enfrenta desafios adicionais que contribuem para a sua situação de sem-abrigo.

O reagrupamento familiar tem vindo a estar mais presente neste Centro de Acolhimento. Em alguns casos, um cônjuge já acolhido no Centro, após conseguir trabalho, solicita a reunificação com a sua família para o acolhimento no Centro, visando facilitar a sua integração social e profissional.

A partir da caracterização realizada por Monteiro et al. (2013), é possível identificar algumas semelhanças e diferenças, não desconsiderando as especificidades das amostras. Em ambos os casos, a predominância masculina é marcante, o que pode estar relacionado a fatores de nível micro, como a tendência de os primeiros migrantes geralmente serem jovens, solteiros, e frequentemente, homens que migram inicialmente em busca de estabilidade. Além disso, há uma continuidade na predominância de imigrantes oriundos dos PALOP.

No entanto, em 2013 a maioria da população imigrante em situação de sem-abrigo não possuía qualquer documentação legal, já a maioria da população residente no CPA possuía pelo menos o passaporte e alguns já tinham obtido título de residência para atividade profissional, havendo uma menor percentagem de população desempregada dentro da população acolhida (39%) do que a população caracterizada em 2013 (88,9%).

Apesar de serem amostras diferentes, o contexto temporal indica que possam ter havido alguns avanços na regularização da documentação legal e uma maior integração no mercado de trabalho, no entanto, ainda existem falhas na política de habitação e inclusão social, mostrando que a regularização por si só não é suficiente para garantir uma integração plena.

4.3. Entrevistas

A realização das entrevistas semiestruturadas tiveram como objetivo conhecer a experiência dos utentes na procura de emprego e entrada no mercado de trabalho em Portugal, as possíveis dificuldades e potencialidades deste processo, e a importância do trabalho do Centro na resposta às dificuldades

A população entrevistada era composta por indivíduos em idade ativa, com a maioria dos participantes situando-se na faixa etária dos 15 aos 39 anos, enquanto dois dos entrevistados tinham entre 40 e 64 anos. Devido às diferentes nacionalidades representadas – incluindo Guiné-Conacri, Nigéria, Venezuela e São Tomé e Príncipe – a maioria dos participantes falava inglês, enquanto outros falavam francês e português. Em relação ao nível de escolaridade e experiência profissional, todos os entrevistados possuíam pelo menos o ensino secundário concluído nos seus países de origem, e um deles possuía uma licenciatura, também obtida no seu país de origem. Entre os entrevistados, três encontravam-se desempregados e três estavam empregados. Dos que se encontravam desempregados, dois nunca tiveram experiência profissional em Portugal, o que, segundo eles, se devia em grande parte à barreira linguística por não falarem português. Para os que se encontravam a trabalhar, nenhum trabalhava na sua área de formação ou experiência.

A análise das entrevistas foi realizada através de um modelo de análise (Tabela V), que permitiu dividir as respostas por seis códigos, e que são: o apoio no Centro, a formação e inserção profissional, as dificuldades na entrada no mercado de trabalho, a experiência profissional e qualificações, as melhorias no processo de formação e inserção profissional e os impactos na saúde e bem-estar.

A documentação surgiu como um dos maiores desafios enfrentados pelos entrevistados. O processo burocrático lento, a falta de respostas e a dificuldade em conseguir uma marcação no AIMA, são percebidos como uma corrida contra o tempo, especialmente considerando o período limitado de permanência no Centro. A espera pelo título de residência em Portugal é vista pelos entrevistados como um processo de estagnação, que os impede de atender a um dos principais requisitos para a contratação por parte dos empregadores. Durante este tempo, os entrevistados revelaram sentir-se estagnados, questionando o seu próprio valor, enquanto perdem o ritmo e os hábitos de trabalho.

“eles (recrutadores) perguntam-me se eu tenho a residência. Eu digo que não. Perguntam-me se eu tenho passaporte. Eu digo que sim. Se tenho manifestação de interesse, eu digo que sim. Se tenho NIF, eu digo que sim, se eu tenho NISS, eu digo que sim. E depois dizem-me que não aceitam pessoas “irregulares”, “sem documentos”.

(E2)

A dificuldade em obter a equivalência dos seus estudos do país de origem também foi um problema destacado pelos entrevistados, já que se trata de um processo moroso. Neste caso, referiram que devido a essa dificuldade, e pela necessidade de conseguirem um trabalho rapidamente, muitos acabam por trabalhar em áreas que não requerem tanta experiência ou qualificações, como é o caso do setor de limpezas e da condição de serviços de transporte, como Uber.

“em Portugal pedem experiência no país em qualquer área que seja. Se eu cheguei a um novo país e procuro o meu primeiro emprego, eu estou à espera de que alguém me dê uma oportunidade para trabalhar. Eu tenho experiência na área da contabilidade no meu país, mas aqui nunca trabalhei na área, então vi-me obrigada a aceitar qualquer trabalho, neste caso nas limpezas, para fazer alguma coisa e poder ganhar dinheiro. O maior problema é que sinto que a experiência que ganhei no meu país não me serviu de nada, tenho de começar tudo do zero aqui”

(E6).

“É muito difícil, demora muito a equivalência dos estudos aqui em Portugal.(...) Eu já desisti da ideia de trabalhar na minha área de formação aqui, porque precisaria de pedir a equivalência e fazer um curso de mais 2 ou 3 anos para poder ter essa equivalência. É muito difícil, então temos de procurar outra coisa, fazer algo que não seja tão demorado, porque precisamos de trabalho, precisamos do dinheiro para sair daqui (Centro)

(E3).

A sensação de perda de tempo foi salientada pelos entrevistados neste processo de procura de emprego, já que os seus estudos e experiência nos países de origem não são valorizados em Portugal. Muitos tinham experiência na área de contabilidade, engenharia, como chefe de cozinha, mas sem experiência e referências em Portugal, acrescendo ao facto de não falarem a língua, é um processo quase impossível, considerando a experiência dos entrevistados:

“Não devem focar apenas na língua, têm de ver que as pessoas têm vontade de trabalhar. Não conseguir trabalho deixa as pessoas depressivas. Eu sinto-me estagnado. É um processo difícil, se no país de acolhimento não temos este apoio, não conseguimos trabalhar, e voltar para o país de origem não é uma opção, não é fácil, ficamos estagnados. ”.
(E2)

Esta desvalorização das suas qualificações e experiências gera indignação na população que tem anos de experiência e dedicou alguns anos da sua vida a obter formação e adquirir competências, demonstrando uma barreira crítica para a integração profissional da população imigrante. Por este motivo, a população vê-se obrigada a aceitar empregos que não correspondem às suas qualificações, resultando em subemprego, o que também pode gerar efeitos negativos sobre a sua autoestima e motivação. A exigência de experiência local como critério de contratação, independentemente das qualificações obtidas noutros países, cria uma espécie de armadilha para a população que não consegue aceder a oportunidades para adquirir essa experiência local.

Os entrevistados refletiram ainda sobre o processo de recrutamento e sentimento de falta de consideração e desconhecimento das suas circunstâncias, descrevendo-o como “*desumanizante*”, sendo que muitos deles estavam há cerca de 6 meses à procura de emprego em Portugal. A falta de proficiência em português revelou ser uma barreira significativa para a inclusão no mercado de trabalho. A exigência da fluência pode excluir candidatos qualificados que, devido à barreira linguística, não conseguem aceder a oportunidades de emprego, apesar da sua experiência ou formação. Da mesma forma, esta contínua rejeição baseada na falta de conhecimento da língua portuguesa pode levar a um sentimento de exclusão e marginalização, sendo que esta população pode sentir que não é bem-vinda ou necessária no mercado de trabalho local. Isto pode levar a sentimentos de frustração, desesperança e baixa autoestima, trazendo efeitos negativos na sua saúde mental.

“Sinto discriminação por não falar português. Já ouvi muitas vezes que não conseguirei trabalho por não falar a língua. Isto é um sinal para sairmos do país, que não somos precisos em Portugal. Nós temos família, a nossa família depende de nós, não lhes queremos dar problemas, temos de cuidar deles, ajudar, e para isso precisamos de trabalhar. ”
(E2).

“Por não falar português, tenho recebido muitos “não”. Dizem-me que até eu não aprender o português, não vou conseguir trabalho. Os empregadores quando vêm que não tenho residência e não falo português, dizem-me que não têm vagas, ou que me irão ligar e nunca ligam”
(E3).

“Já me disseram muitas vezes que não me poderiam contratar porque eu não falo português. Eu tive aulas, e ainda tenho, mas é muito difícil aprender tão rápido (...) eu só quero trabalhar, e por causa da língua já fui rejeitada muitas vezes.”
(E4).

Desta forma, o Projeto Alba Mudanças@Life foi umas das respostas desenvolvidas pelo Centro para fazer face às necessidades da população. Entre os entrevistados, a maioria encontrava-se a realizar formação por meio deste projeto e este revela ser muito importante e uma mais-valia para o desenvolvimento das *soft skills* e preparação para a procura e entrada no mercado de trabalho dos utentes. A aprendizagem do português é também valorizada, pela importância que dão à comunicação e compreensão, mas também porque reconhecem ser uma porta de entrada para o mercado de trabalho em Portugal.

“A preparação para as entrevistas de emprego, a ajuda a fazer um currículo melhor e conhecermos o funcionamento do mercado de trabalho aqui em Portugal já é uma grande ajuda para podermos começar a nossa procura de trabalho”.
(E3)

Para os entrevistados, o Centro tem sido um grande apoio no acompanhamento em Portugal, desde a garantia dos meios de subsistência, até ao apoio na procura de emprego. O ensino na língua portuguesa, a garantia do alojamento e o apoio na procura de emprego foram os aspetos mais mencionados.

“As pessoas daqui (Centro) ouvem-nos, ajudam-nos a desenvolver competências para sair daqui com um trabalho. Eles dizem-nos como procurar e estas aulas de apoio nos ajudam a melhorar os nossos conhecimentos e como nos devemos comportar em Portugal, como fazermos as coisas aqui, pois estamos num país que não é o nosso, por isso é que me sinto apoiado aqui”
(E1).

“Sinto-me apoiada na relação com as pessoas, o acompanhamento a sítios da cidade e ao ter as formações e o apoio do centro, conhecer as pessoas daqui do centro ajudou-me a ter apoio e a poder recomeçar a minha vida aqui.”
(E4).

Com estas dificuldades enfrentadas na procura de emprego em Portugal, o tempo de permanência no Centro é mais uma preocupação para a população, já que sem fonte de rendimento será difícil encontrar alternativa habitacional. Segundo um dos entrevistados,

“Nós aqui no Centro também nos vemos a correr contra o tempo. Nós temos um tempo limite para ficar aqui, e para isso temos mais urgência em encontrar trabalho, obter a residência, organizarmo-nos para a vida fora do Centro, e isso dificulta ainda mais as coisas”
(E5).

É importante salientar a questão psicológica que foi vagamente identificada pela população entrevistada, como sentimentos de incompetência, perda de tempo e estagnação. O processo de procura de emprego num país fora do seu país de origem, onde por vezes se comunicam numa língua diferente da língua materna, pode ser extenuante. A sensação de necessidade de apoiar os familiares que ficaram no país de origem, uma das razões pelas quais migraram, estava bastante presente nesta população, e voltar para o país de origem não é uma opção, vêm-se estagnados. Quando se vêm impossibilitados de o fazer, pela falta de recursos económicos, é possível reconhecer o sentimento de deceção e impotência.

“Não conseguir trabalho deixa as pessoas depressivas, eu sinto-me estagnado. (Procurar emprego) É um processo difícil, se no país de acolhimento não temos este apoio, não conseguimos trabalhar, e voltar para o país de origem não é uma opção, não é fácil, ficamos estagnados. Nós temos família, a nossa família depende de nós, temos de cuidar deles, ajudar, e para isso precisamos de trabalhar”.
(E2)

“Não podemos esperar, não podemos ficar aqui o tempo todo, também queremos ter a nossa vida e deixar lugar para outras pessoas”.
(E5)

Os entrevistados indicaram várias áreas para melhoria no processo de formação e inserção profissional. Referiram a vontade de terem mais aulas de português e um suporte mais robusto nesse aspeto. Além disso, sugeriram uma maior colaboração entre o Centro e empresas locais, para facilitar a contratação de residentes, ou para lhes oferecer formação específica. Em termos de burocracia, os entrevistados gostariam que o processo de obtenção de documentação em Portugal fosse mais ágil e que a obtenção de equivalências dos seus estudos fosse menos exigente e mais acessível.

“Gostaria que dessem uma oportunidade. Só podemos aprender a língua na prática, a falar com outras pessoas em português, e assim vamos aprendendo e ficar melhor na língua”.
(E2).

“Poderia ser mais fácil conseguir a equivalência de cursos que fizemos no nosso país, para não sentirmos que perdemos o nosso tempo. E a experiência fora também deveria ser valorizada, apesar de podermos ter alguma formação cá em Portugal, porque há certas coisas que podem mudar”.
(E6)

As entrevistas realizadas aos seis residentes do CPA permitiram uma compreensão mais profunda das dificuldades enfrentadas na procura de emprego em Portugal. Os relatos evidenciam um sentimento de frustração e estagnação face aos obstáculos com que se deparam, o que gera uma crescente desmotivação. Desde as dificuldades burocráticas relacionadas com a sua documentação legal, a falta de redes de apoio e a discriminação, bem como a disparidade entre as qualificações e as oportunidades de trabalho oferecidas, agravam o sentimento de estagnação. Durante as entrevistas, os residentes expressaram a sua vontade de mudar a sua situação, no entanto, o acumular das dificuldades mencionadas conduz a uma desmotivação crescente, que não se manifesta apenas na procura de emprego, mas também na dificuldade em manter a esperança de uma melhoria significativa das suas condições de vida.

4.4. Focus Group

A recolha do parecer dos técnicos que intervêm com os residentes diariamente no Centro sobre o seu processo de empregabilidade e formação foi considerada necessária para completar a recolha de informação das partes que participam neste processo. Para o fazer, foi concretizado um *focus group*, com a participação da coordenadora e técnico de acompanhamento e uma formadora do curso de formação informal de Aconselhamento Profissional.

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre este processo, através da visão dos técnicos, os focos de análise do focus group foram os seguintes:

1. Identificação das características do processo de formação e inserção profissional dos residentes do Centro;
2. As dificuldades e potencialidades identificadas na intervenção com os residentes;
3. O processo formação dos residentes para o emprego através do curso de formação Aconselhamento Profissional;
4. A intervenção destes profissionais em resposta às dificuldades apresentadas.

A análise do focus group foi dividida em seis códigos: perfil da população residente, procura de emprego, intervenção social, projeto de empregabilidade, saúde mental e bem-estar e redes sociais. (Tabela VII).

Segundo os técnicos, o perfil da população acolhida no centro é predominantemente heterogéneo, tratando-se de uma população imigrante em situação de sem-abrigo, a maioria sem rendimentos, e por isso, de grande vulnerabilidade e extrema fragilidade a nível socioeconómico. Um grande número de residentes apresenta dificuldades na aprendizagem da língua portuguesa, e os restantes que falam português, naturais dos PALOP, apresentam também dificuldades na compreensão e escrita.

A todos os residentes, os técnicos procuram indagar as suas potencialidades e a vontade própria de mudar a sua situação, para que possam aproveitar as oportunidades do Centro para “dar o salto”, principalmente a nível do emprego. Considerando este contexto e perfil da população acolhida no Centro, surgiu o Projeto Empregabilidade e Bem-Estar, de forma a reforçar o que já existe no JRS, e ocupar os tempos livres dos residentes, de forma que estes:

“ganhem autoestima para conseguirem procurar e obter emprego, e para isso precisam das bases, como aulas de português, aprenderem a gerir o seu próprio

dinheiro quando receberem o seu salário. O objetivo é que não dependam do apoio dado pelo JRS e que se possam autonomizar e integrar-se na sociedade”
(Coordenadora).

O apoio fornecido pelo Centro, no âmbito da procura de emprego, centra-se nas formações desenvolvidas que facilitam a melhor adaptação e adequação ao mercado de trabalho e consequentemente possibilitam uma efetiva e sustentável integração laboral. Inicialmente, é realizado um formulário de auto diagnóstico da população participante, de exposição das suas expectativas e de partilha de áreas onde gostariam de trabalhar. São também simuladas entrevistas de emprego, para perceber o seu comportamento e os aspetos que têm de melhorar.

Segundo a formadora, *“apoiamos os utentes em vários níveis nesta área, através da realização dos seus currículos, dar sugestões de postura e comportamento a ter nas entrevistas de emprego e procurar parceiros para uma futura integração no mercado de trabalho.”* É valorizado ainda o trabalho em grupo, para se conhecerem e partilharem entre eles as questões e experiências em comum.

A heterogeneidade da população do Centro é considerada um desafio na intervenção dos técnicos, acrescendo o processo demorado de aprendizagem da língua e da legalização.

“por serem um grupo heterogéneo, e cada um ter uma situação legal, nível de escolaridade diferentes, torna-se difícil no encaminhamento para o emprego, já que são fatores considerados no recrutamento. E independentemente da boa intenção do utente de querer trabalhar, este enfrenta estes entraves”.
(Coordenadora).

O que posteriormente gera falta de interesse e desmotivação.

“As pessoas que aqui chegam são as mais fortes, as que conseguem deixar a sua família, conseguem endividar-se para chegar a Portugal, são pessoas com um perfil bastante forte. Simplesmente, chegando cá (Portugal), a realidade é tão diferente daquela que esperavam ter, que até mesmo os fortes ficam fragilizados”
(Coordenadora).

Os técnicos reconhecem que a situação difícil com que se defrontam os residentes no seu processo migratório e de integração, conduz ao denominado “Síndrome de

Ulisses³”. Devido aos inúmeros constrangimentos e dificuldades em diversas áreas, os migrantes passam a estar sistematicamente em situação de profunda tristeza, o que os leva a uma apatia generalizada e desânimo face à realidade. A dificuldade em aprender a língua, a falta de referências, rede de suporte e de ligações de afetividade, dificultam o processo de integração na sociedade.

“É a compilação de várias situações. Ou é a família que os contacta a pedir dinheiro e estes não têm condições para ajudar. É as pessoas que querem trabalhar e não conseguem arranjar trabalho, não são chamados para entrevistas, querem aprender a língua e encontram dificuldade. Por isso é necessário promovermos momentos de bem-estar no Centro.”
(Técnico de acompanhamento)

Segundo os técnicos, isto afeta também a sua capacidade de relacionamento, já que apesar de poderem encontrar coisas e experiências em comum, tais como a religião através de idas à igreja ou templo, ou a proximidade cultural quando pertencem à mesma etnia ou país de origem, existe o individualismo próprio da população imigrante que procura a sua sobrevivência. No entanto, os técnicos e as atividades existentes no Centro promovem a partilha e a socialização que conduz por vezes à entreatajuda e companheirismo.

“Tudo atrasa ou dificulta ainda mais o processo de integração. É a família que os contacta e dizem que não mandam dinheiro, as pessoas que querem trabalhar e não conseguem encontrar trabalho, não são chamados para entrevistas, são as que querem aprender a língua e encontram dificuldade. É necessário promover momentos de bem-estar.”
(Coordenadora)

A estagnação do mercado de trabalho, a procura de altas qualificações e experiência por parte dos recrutadores, os poucos conhecimentos da língua portuguesa, e a falta de documentação que os permita trabalhar, provocada pela falta de resposta das

³ Síndrome do Imigrante com *stress* crónico e múltiplo ou Síndrome de Ulisses é um quadro de *stress* intenso e luto relacionado com o sofrimento face às dificuldades vividas durante o processo migratório, como solidão, impotência ou falta de oportunidades, e que se manifesta sob a forma de tensão, nervosismo, preocupações recorrentes, tristeza, dificuldades em dormir, dores de cabeça e outras queixas somáticas relacionadas com o *stress* (Ulysses Syndrome Institute, n.d.).

entidades, são também fatores que contribuem para a dificuldade na inserção profissional desta população.

“Quando dizemos que não fala português, não tem documentação para poder trabalhar em Portugal, o mercado de trabalho não os quer aceitar. Também as empresas não querem ser postas em coimas, nem colocar pessoas que não têm documentos. Mesmo pessoas qualificadas não conseguem emprego.”
(Formadora).

No entanto, estes fatores por vezes são representados apenas a ponta do iceberg. A dificuldade em aceitar orientações, a não realização das tarefas diárias e a resistência em aceitar o tempo limite de residência no Centro também refletem características pessoais que dificultam a sua inserção profissional.

“Para além de não terem estas competências, muitos residentes apresentam algum tipo de problemática que não é inicialmente conhecida. Muitos residentes inicialmente informam-nos que não têm familiares em Portugal, no entanto isso não se verifica, a questão é que estas relações familiares estão em rutura. Por vezes os residentes encontram-se nesta situação porque já esgotaram todas as suas redes de contacto”.
(Coordenadora).

“Para além de não falarem a língua e não terem documentação nem experiência em Portugal, apercebemo-nos que também existem casos de residentes que não gostam de aceitar orientações dos técnicos e são um pouco inflexíveis”.
(Técnico de Acompanhamento)

Os técnicos refletiram que a população residente no Centro enfrenta um duplo desafio, ao conjugar a sua condição de imigrante com a situação de sem-abrigo. Esta combinação agrava significativamente as dificuldades de integração, uma vez que cada uma dessas condições traz obstáculos específicos.

“Muitos estão neste Centro porque se junta à situação de imigrante a condição de sem-abrigo. As ruturas familiares, a apatia que não lhes dá capacidade de iniciativa, os sentimentos de tristeza, são tudo condicionantes que dificultam a sua integração e inserção no mercado de trabalho”.
(Coordenadora)

Este cenário agrava-se com a rutura e enfraquecimento das suas redes sociais, exemplificado pela presença de familiares em Portugal, com quem não mantêm qualquer contacto. Da mesma forma, os técnicos refletiram sobre a importância de criar um ambiente acolhedor e de proximidade no Centro. No entanto, reconhecem que não podem assumir o papel de amigos ou familiares, uma vez que estão a lidar com pessoas institucionalizadas, o que requer um equilíbrio entre apoio emocional e os limites profissionais necessários.

A dificuldade de relacionamento, de criar e manter laços em Portugal, de não se sentirem aculturados e ainda estarem institucionalizados, são entraves que dificultam ainda mais a sua formação e inserção profissional,

“A instituição recebe convites para jogos de futebol, idas ao teatro, mas notamos que muitos utentes não demonstram interesse ou vontade de participar. Isso, muitas vezes, está relacionado com o facto de não se sentirem integrados culturalmente, e por estarem institucionalizados a representar o Centro.”

(Coordenadora)

Por fim, é através das diversas atividades desenvolvidas, do apoio técnico e de voluntários, e da relação que começam a estabelecer internamente no Centro e externamente em contexto formativo e/ou laboral, que os migrantes acolhidos no Centro se conseguem melhor integrar e estabilizar a sua situação a todos os níveis. Através dos *follow ups* que os técnicos realizam a ex-residentes, conseguem afirmar se os projetos de vida foram sustentáveis ou não.

“o investimento nas pessoas que aqui vivem no centro torna-se crucial, na medida em que é a forma encontrada para não só atingirem os seus objetivos de encontrar trabalho, como de manter esses mesmos trabalhos. Percebemos que este trabalho dá frutos quando vemos os resultados nos rostos daqueles que, entretanto, já saíram do centro, nos visitam e nos informam que mantêm os seus trabalhos”.

(Coordenadora).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha da formação e inserção profissional da população imigrante em situação de sem-abrigo em Portugal como tema deve-se ao perfil da população-alvo no local de estágio. A participação diária nas atividades do CPA e a convivência com os residentes permitiu a imersão na realidade existente e conhecer as suas especificidades.

O estudo sobre esta temática permitiu refletir sobre a complexidade e a importância do processo de integração profissional para os indivíduos em situação de grande vulnerabilidade socioeconómica. Considerando o contexto atual, em que a crise económica e os desafios sociais estão a fazer aumentar as dificuldades enfrentadas por estes grupos, tornou-se importante poder conhecer e dar a conhecer as vivências da população imigrante em situação de sem-abrigo especificamente, revelando as dificuldades sentidas na integração em Portugal.

Desde o início do estágio no Centro, a observação participante de reuniões, de atividades realizadas e conversas informais com os residentes, permitiu ter um conhecimento mais preciso da população estudada e da sua situação. Isto resultou na decisão de aplicar entrevistas aos residentes, de forma a recolher as suas experiências e sentimentos na entrada em Portugal e na tentativa de procura de emprego, formalizando o que era diariamente observado e muitas vezes objeto de desabafo pelos residentes.

A oportunidade de poder participar no Projeto Empregabilidade e Bem-Estar que estava a decorrer no Centro tornou-se bastante importante para este estudo, já que o próprio projeto já reconhecia as necessidades da população a esse nível. Poder observar as sessões de formação informal e participar ativamente no desenvolvimento das suas competências ao nível de procura de emprego, como a formalização das suas experiências, criação dos seus currículos e na aprendizagem da língua portuguesa, permitiu observar as dificuldades sentidas e as possíveis melhorias neste processo.

A realização das entrevistas exigiu o estabelecimento de confiança com os residentes, permitindo que estivessem confortáveis para falar sobre o que sentem e vivem diariamente no processo de procura de emprego em Portugal. Com as bases do Mestrado, foi possível obter uma maior sensibilidade cultural e social, que foi essencial para abordar os entrevistados de maneira respeitosa, considerando os traumas e discriminação sentidos. E os conhecimentos em técnicas qualitativas foram fundamentais para conduzir as

entrevistas, formular questões abertas e aprofundar as respostas sem direcioná-las indevidamente.

Após a recolha das experiências da população residente, houve curiosidade em conhecer a visão dos técnicos que convivem diariamente com os residentes. Para isso, foi aplicado o *focus group* com os técnicos e a formadora do Centro, que enriqueceram ainda mais a reflexão sobre a temática, sendo que estes são também atores do processo de formação e inserção profissional desta população. Deparando com um grupo heterogéneo, a falta de interesse e desmotivação devido ao desconhecimento da língua, a falta de referências e ligações de afetividade, os técnicos trabalham a autonomia dos residentes para procurarem emprego, dando formações de base em áreas como português e gestão financeira.

O estudo permitiu aprofundar, não só a complexidade económica da situação de sem-abrigo em Portugal entre a população imigrante, mas também ao nível da construção e fortalecimento de redes sociais de apoio, que se revelaram um dos fatores importantes e que contribuem para o seu processo de formação e inserção profissional. E com isso, foi possível reconhecer que o próprio Centro se tornou uma rede de suporte, que para muitos residentes era a única que tinham em Portugal. O papel dos técnicos do CPA, e até mesmo de ex-residentes, foram cruciais para a inserção profissional de alguns residentes em Portugal, com a partilha de informações e manutenção da comunicação e relação mesmo fora do acolhimento. Durante o tempo do estágio foi possível presenciar a integração no mercado de trabalho de 7 residentes, e após esta integração, muitos residentes já puderam sair do alojamento para quartos/casas arrendadas por si.

Desta forma, ao longo da observação e análise de vários estudos, revelou-se ser importante abordar o capital social e as redes sociais, porque estas redes desempenham um papel crucial na inserção profissional, como as entrevistas vieram confirmar. As redes podem facilitar o acesso a informações sobre oportunidades de emprego, reduzir barreiras e apoiar na integração no mercado de trabalho. Diminuem os custos económicos, sociais e psicológicos da migração, ajudando a população a lidar com os desafios associados à procura de emprego e adaptação a um novo país. Especialmente para imigrantes em situação de sem-abrigo, estas fornecem proteção e suporte. Estas redes, para os residentes do Centro, eram maioritariamente constituídas pela rede formal dos técnicos, com quem interagem todos os dias, que os apoiam na regularização,

na formação e procura de emprego. Muitos residentes ainda foram criando relações de confiança entre si, devido ao país de origem e das línguas de comunicação.

Por esta razão, a teoria das redes migratórias tornou-se importante para refletir, compreender e explicar a situação dos migrantes estudados. Esta oferece uma estrutura teórica relevante para entender a inserção profissional dos residentes do Centro. As redes sociais emergiram como um fator crucial na superação das barreiras à empregabilidade, fornecendo não apenas suporte emocional, mas também acesso a informações e oportunidades. Esta teoria ajuda a explicar como os laços sociais, tanto dentro como fora do Centro, desempenham um papel vital na integração dos migrantes no mercado de trabalho português. A aplicação desta perspetiva teórica oferece uma compreensão mais profunda de como a falta de redes pode agravar a vulnerabilidade socioeconómica da população em situação de sem-abrigo.

Muitas pessoas em situação de sem-abrigo enfrentam ruturas severas nos seus laços sociais, incluindo vínculos com familiares e amigos. Dados sociodemográficos de outros trabalhos, e considerando o diagnóstico social do presente estudo, mostram que existe uma predominância da população imigrante em situação de sem-abrigo com origem nos PALOP. Havendo uma grande comunidade originária destes países, e através da observação e investigação realizada, muitas destas pessoas têm algum familiar em Portugal, mas essas redes vão enfraquecendo. Este fenómeno é frequentemente resultado de um processo gradual de perda de vínculos afetivos com diferentes estruturas sociais, como a família, a escola, o trabalho, a religião, a política e o lazer (Bahr, 1973).

Considerando os entraves, o processo de inserção profissional revela ser um processo desgastante que acarreta problemas sérios para a saúde mental da população imigrante em situação de sem-abrigo. A sensação de perda de tempo, estagnação e desmotivação por continuarem a receber respostas negativas nos processos de recrutamento, adicionando os sentimentos de ansiedade e impotência, característicos da população imigrante, devido à sua bagagem do processo migratório, dificulta ainda mais o processo de integração na sociedade de acolhimento, e por isso, de inserção profissional. Como o testemunho de um dos entrevistados expressa de forma clara: *“primeiro é a dificuldade da língua e depois ter o documento para trabalhar. Mas nós (residentes) não temos muito tempo para esperar, aprender a língua e esperar que o AIMA nos atenda. Mas se eu não falar português, eu não consigo trabalho, eles (recrutadores) não podem ver só a língua, têm de ver que as pessoas têm vontade de trabalhar, e não conseguir*

trabalho deixa as pessoas depressivas, eu sinto-me estagnado. Se aqui (Portugal) não temos este apoio, não conseguimos trabalhar, e voltar para o país de origem não é uma opção, não é fácil, ficamos parados”.

O Síndrome de Ulisses, a sensação de tristeza e desmotivação dos residentes devido ao seu percurso migratório e as dificuldades enfrentadas no país de acolhimento, foi um dos fatores apontados pelos técnicos como um entrave na sua integração profissional e social. *“Os residentes enfrentam alguma dificuldade na empregabilidade, pelo facto de na entrevista inicial de acolhimento do utente, este compromete-se a mudar a sua situação, principalmente ao nível do emprego, mas depois a realidade que esperava é tão diferente da existente que ficam fragilizados”.*

Os resultados do estudo revelaram que, apesar das dificuldades significativas enfrentadas pelos imigrantes em situação de sem-abrigo, existem várias estratégias e práticas que têm contribuído positivamente para a sua formação e inserção profissional. As barreiras linguísticas e a falta de redes de apoio são desafios predominantes, mas programas de formação direcionados e apoio individualizado têm sido cruciais para responder a essas dificuldades. Segundo a coordenadora do CPA, *“os técnicos tentam trabalhar no acolhimento a socialização e em cumprirem orientações, de forma que isso não se repercuta na entrada no mercado de trabalho e nos seus comportamentos quando começarem a trabalhar. Cada pessoa necessita de uma intervenção individual, daí haver um gestor de caso e reuniões para esse fim”.* Da mesma forma, a criação de um Projeto de Empregabilidade permitiu a formação nesta área, *“são formações que ajudam em tudo o que se desenvolve à volta da empregabilidade desde fazer currículos, preparação para entrevista de emprego, e o trabalho em grupo”* (formadora). Torna-se necessário haver um esforço contínuo para desenvolver políticas e práticas que atendam de maneira mais eficaz às necessidades específicas dos imigrantes em situação de sem-abrigo.

A escassez de literatura específica sobre a temática e a população em estudo apresentou um desafio significativo ao longo deste trabalho. Na análise de dados sociodemográficos da população foi possível encontrar percentagens elevadas de informação desconhecida em determinados fatores. No entanto, os testemunhos recolhidos permitem contribuir com novos conhecimentos e perspetivas para o campo de investigação. Esta ausência de estudos anteriores sublinha a importância de investigações futuras, especialmente comparativas, que possam situar a experiência portuguesa dentro de um contexto europeu mais amplo.

A realização deste estudo permitiu a identificação de novas áreas de investigação que podem vir a ser exploradas em trabalhos futuros, tais como a ampliação do alcance para comparação com outros países da União Europeia no contexto de políticas de integração e suas implicações na inserção profissional, ou o exame mais detalhado das redes sociais e de suporte como mediadoras do sucesso na integração laboral, de modo a fornecer *insights* adicionais sobre como mitigar os efeitos da vulnerabilidade socioeconómica em populações migrantes e em situação de sem-abrigo.

Em conclusão, o estudo da formação e inserção profissional da população imigrante em situação de sem-abrigo revelou ser importante, por ser um fator de integração crucial no país de acolhimento. Tratando-se de uma temática complexa, que pode abranger diversos fatores, a análise através dos fatores micro, meso e macro da migração, a importância das redes e do capital social e as dimensões de integração permitiram obter uma visão mais aprofundada sobre o processo de formação e inserção profissional destes migrantes. Não se foca apenas no apoio na formação e procura de emprego desta população, mas também na importância das redes para a integração e saída da situação, sendo fundamental para desenvolver políticas e estratégias de apoio mais eficazes, ajustadas à realidade dessa população.

BIBLIOGRAFIA

- Ager, A., & Strang, A. (2008). Understanding Integration: A Conceptual Framework. *Journal of Refugee Studies*, 21(2), 166 - 191.
- Aires, S. (n/d). *O Fenómeno Sem-Abrigo na União Europeia - Bases e tipologias de uma estratégia*. Diálogos Setoriais União Europeia Brasil.
- Aldeia, J. (2014). De "cidadão" a "sem-abrigo". O laço de cidadania no fenómeno dos sem-abrigo. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*, 2(16), 229-244. doi:<https://doi.org/10.12957/irei.2014.16703>
- Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (2022). *Guia de Acolhimento para Migrantes*. ACM. Obtido de <https://www.acm.gov.pt/documents/10181/0/Guia+de+Acolhimento+para+Migrantes/26d16add-11ef-4330-beb8-04ae262ad72b>
- Autoridade para as Condições do Trabalho. (2023). Código do Trabalho. *Igualdade de tratamento de trabalhador estrangeiro ou apátrida*. Obtido de <https://portal.act.gov.pt/AnexosPDF/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20nacional/C%C3%B3digo%20do%20trabalho.pdf>
- Bahr, H. M. (1973). *Skid Row: An introduction to desaffiliation*. Oxford University Press.
- Bento, A., Barreto, E., & Pires, T. (1996). *Os Sem-Abrigo nas Ruas de Lisboa*. Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- Bourdieu, P. (1986). The Forms of Capital. Em J. G. Richardson, *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (pp. 241-58). Greenwood Press.
- Bryman, A. (2012). *Social research methods* (4º ed.). Oxford University Press.
- Castel, R. (1995). *Metamorfoses da questão social: Uma crónica do salário* (12ª ed.). (I. D. Poleti, Trad.) Editora Vozes.
- de Haas, H. (2011). *The determinants of international migration: Conceptualising policy, origin and destination effects*. International Migration Institute, University of Oxford.

- de Haas, H. (2021). A theory of migration: the aspirations-capabilities framework. *Comparative Migration Studies*, 8(9), 1-35. doi:<https://doi.org/10.1186/s40878-020-00210-4>
- de Haas, H., Castles, S., & Miller, M. J. (2020). *The Age of Migration* (6ª ed.). Red Globe Press.
- Diário da República nº142/2017. (2017). *Resolução do Conselho de Ministros, nº 107/2017, de 25 de julho*, 3923-3931. Obtido de <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/resolucao-conselho-ministros/107-2017-107745746>
- Diário da República nº42/2023, Série II de 2023-02-28. (2023). *Portaria nº97/2023, de 28 de fevereiro*, 92-94. doi:<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/portaria/97-2023-207925554>
- ENIPSSA. (2021). *Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 31 de dezembro de 2020*. EAPN Portugal.
- ENIPSSA. (2022a). *Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo - 31 de dezembro 2021*. EAPN Portugal. Obtido de <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/Inqu%C3%A9rito+Caracteriza%C3%A7%C3%A3o+das+Pessoas+em+Situa%C3%A7%C3%A3o+de+Sem-Abrigo+-+31+de+dezembro+2021+-+Quadros.pdf/c8859201-04e0-4051-be4c-66736e7d9136>
- ENIPSSA. (2022b). *Inquérito de caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo Síntese de Resultados*. EAPN Portugal. Obtido de <https://www.enipssa.pt/documents/10180/11876/S%C3%ADntese+de+resultados+2022+-+Inqu%C3%A9rito+de+caracteriza%C3%A7%C3%A3o+das+peessoas+em+situac%C3%A7%C3%A3o+de+sem-abrigo/0485efbb-0839-46c3-81cc-43e054bc20a0>
- Esteves, A., Stevens, A., Amilcar, A., Malheiros, J., McGarrigle, J., Moreno, L., & Fonseca, M. (2017). *Condições de Vida e Inserção Laboral dos Imigrantes em Portugal: Efeitos da Crise de 2007-2008*. ACM.

- FEANTSA. (2018). *Effectively Tackling Homelessness Amongst Mobile EU Citizens. The role of homelessness services, cities, Member States and the EU*. PRODEC.
- Góis, P., & Marques, J. C. (2014). *Processos de Admissão e de Integração de Imigrantes altamente qualificados em Portugal e a sua relação com a Migração Circular*. Observatório da Imigração.
- Goldin, I., Cameron, G., & Balarajan, M. (2011). *Exceptional People How Migration Shaped Our World and Will Define Our Future*. Princeton University Press.
- Haj Ahmad, M.-T., & Busch-Geertsema, V. (2024). Homeless Migrants and EU Mobile Citizens in Europe. *European Journal of Homelessness*, 18(1), 131-153.
- Hermans, K., Dyb, E., Knutagård, M., Novak-Zezula, S., & Trummer, U. (2020). Migration and Homelessness: Measuring the Intersections. *European Journal of Homelessness*, 14(3), 13-34.
- Instituto da Segurança Social. (2005). *Estudo dos sem-abrigo*. Gráfica do ISS.
- Kaur, H., Saad, A., Magwood, O., Alkhateeb, Q., Mathew, C., Khalaf, G., & Pottie, K. (2021). Understanding the health and housing experiences of refugees and other migrant populations experiencing homelessness or vulnerable housing: a systematic review using GRADE-CERQual. *Canadian Medical Association*, 681-692.
- Lei nº23/2007. (2007). *Aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional (Artigo 198.º-A)*. Obtido de <https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/lei/2007-67564445-214119934>
- Marques, F., & Lúcio, J. (2019). *Sem Abrigo em Lisboa: Narrativas num tempo de crise*. Chiado Books.
- Massey, D. S., & Taylor, J. E. (2004). *International migration prospects and policies in a global market*. Oxford University Press.
- Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., & Pellegrino, A. (1998). *Worlds in Motion: Understanding International Migration at the End of the Millennium*. Oxford University Press.

- Miguel, M., Ornelas, J., & Maroco, J. (2010). Modelo de atitudes face aos sem-abrigo em Portugal. *Análise Psicológica*, 28(3), 437-450.
- Monteiro, T. L., Policarpo, V., Ramalho, V., & Santos, I. (2013). *Imigrantes Sem-Abrigo em Portugal*. Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Oliveira, C. R. (2023). *Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2023*. Observatório das Migrações.
- Organização Internacional para as Migrações. (2021). *World Migration Report 2022*. OIM.
- O'Sullivan, E., Benjaminsen, L., Busch-Geertsema, V., Filipovič Hrast, M., Pleace, N., & Teller, N. (2023). *Homelessness in the European Union*. European Union.
- Paugam, S. (1991). *La disqualification sociale: Essai sur la nouvelle pauvreté*. Presses Universitaires de France.
- Paugam, S. (2009). *Le lien social* (2^a ed.). (PUF, Ed.) Que Sais-Je?
- Penninx, R., & Garcés-Mascareñas, B. (2016). *Integration Processes and Policies in Europe: Contexts, levels and actors*. IMISCOE Research Series. doi:<https://doi.org/10.1007/978-3-319-21674-4>
- Perista, P., Abrantes, M., Cardoso, A., & Carrilho, P. (2021). *Trabalhadores imigrantes na Grande Lisboa: Da integração laboral à participação cívica*. Observatório das Migrações.
- Piore, M. J. (1979). *Birds of passage: Migrant labor and industrial societies*. Cambridge University Press.
- Portes, A. (1998). Social Capital: Its origins and applications in modern sociology. *Annual Review of Sociology*(24), 1-24. doi:<https://doi.org/10.1146/annurev.soc.24.1.1>
- Portes, A., & Böröcz, J. (1989). Contemporary immigration: Theoretical perspectives on its determinants and modes of incorporation. *International Migration Review*, 23(3), 606-630. doi:<https://doi.org/10.2307/2546431>
- Presidência do Conselho de Ministros. (junho de 2024). *Plano de ação para as migrações. Problemas, desafios, princípios e ações*. XXIV Governo Constitucional. Obtido de <https://www.portugal.gov.pt/download->

ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3D%3DBQAAAB%2BLCAAAAAAABAAzNDEy
sQAASnPtKQUAAAA%3D

Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia. (2021). Declaração de Lisboa sobre a Plataforma Europeia de Combate à situação de sem-abrigo. *Combate da situação de sem abrigo - Uma prioridade da nossa Europa Social. Lançamento da Plataforma Europeia*, (pp. 1-16).

Quintas, S. M. (2010). *A Perceção de Técnicos e Indivíduos "Sem-Abrigo": Histórias ocultas de uma realidade no Porto*. [Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Obtido de Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/57419>

Rodrigues, E., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M., & Januário, S. (2017). A pobreza e a exclusão social: Teorias, conceitos e políticas sociais em Portugal. *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*(9), 63-101. Obtido de <https://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2566>

Sassen, S. (1988). *The mobility of labor and capital*. Cambridge University Press.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. (2023). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2022*. Gabinete de Estudos, Planeamento e Formação. Obtido de <https://www.sef.pt/pt/Documents/RIFA2022%20vF2a.pdf>

Serviço Jesuíta aos Refugiados. (2023a). *Projetos em Curso: ALBA: Mudança@4Life*. Obtido de JRS-Portugal: <https://www.jrsportugal.pt/alba/>

Serviço Jesuíta aos Refugiados. (2023b). *Relatório de Atividades 2022*. Obtido de <https://www.jrsportugal.pt/wp-content/uploads/2023/04/Relatorio-de-Atividades-2022.pdf>

Serviço Jesuíta aos Refugiados. (2024). *Centro Pedro Arrupe. Regulamento Interno de Funcionamento*. JRS.

Shinn, M., & Khadduri, J. (2020). *In the midst of plenty: Homelessness and what to do about it (Contemporary Social Issues)* (1ª ed.). Wiley-Blackwell.

Sousa, F. M., & Almeida, S. M. (2001). E se perguntássemos aos Sem-Abrigo? Satisfação e necessidades percebidas face aos serviços, num abrigo em Lisboa. *Análise Psicológica*, 19(2), 299-312.

Telheiro, N. V. (2013). *Personalidades Sem Abrigo*. LivPsic.

Ulysses Syndrome Institute. (n.d.). *Ulysses syndrome: Chronic and multiple stress in immigrants*. Obtido de <https://ulysses-syndrome-institute.org.uk/>

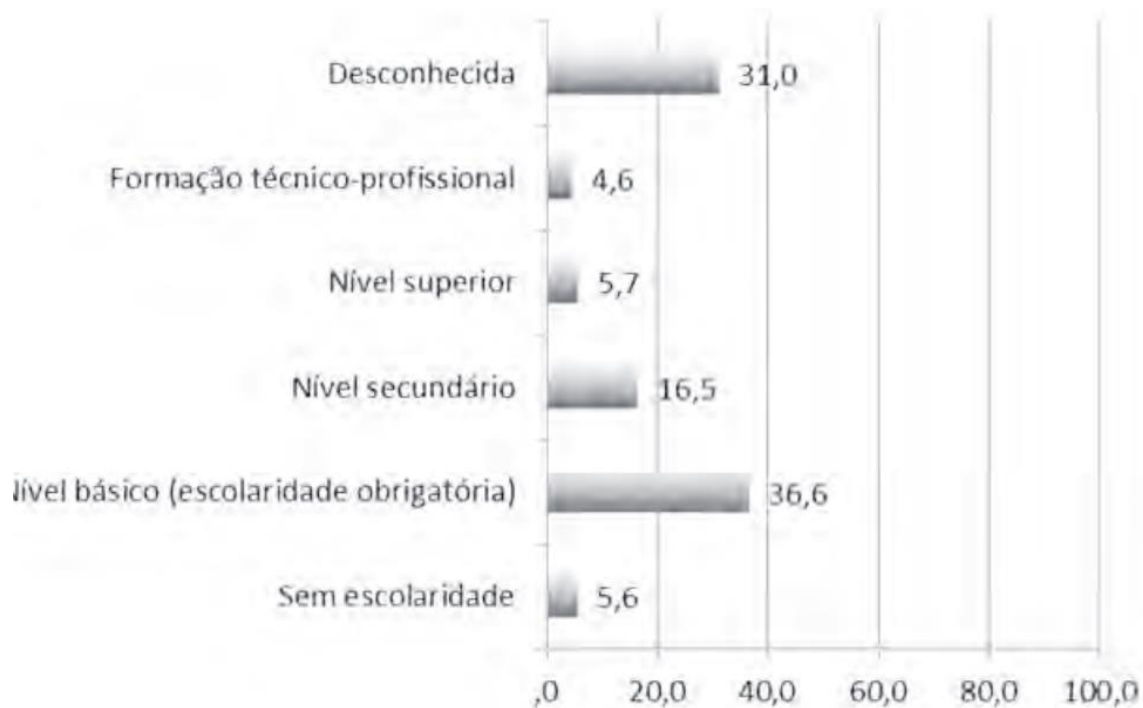
United Nations General Assembly. (2010). *Report of the Special Rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living*. United Nations Human Rights.

Vertovec, S. (2007). Super-diversity and its implications. *Ethnic and Racial Studies*, 30(6), 1024-1054.

Figuras

Figura 7

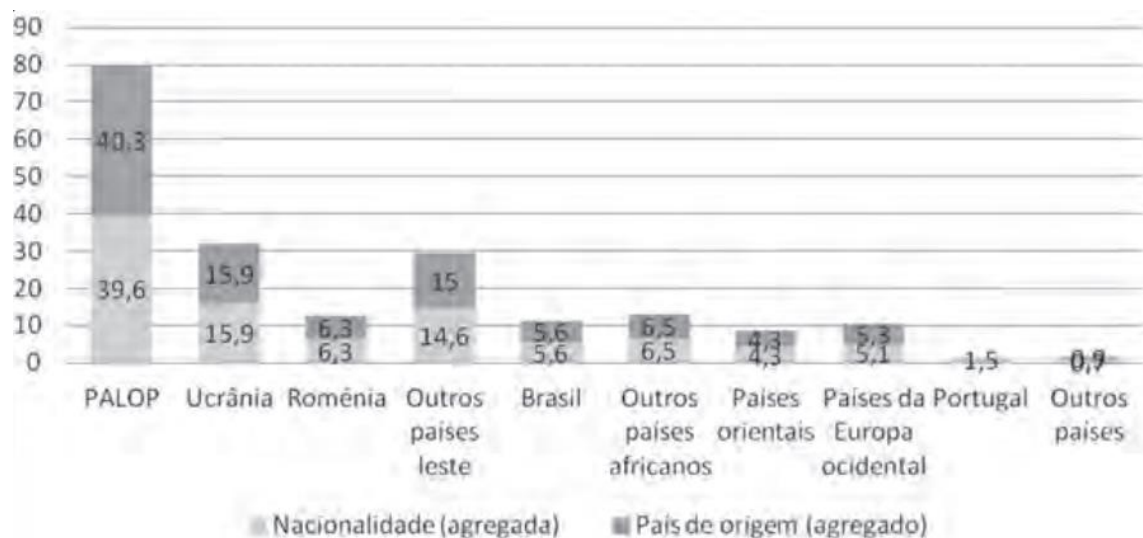
Grau de escolaridade da população imigrante sem-abrigo, em Portugal (%)



Fonte: Monteiro, Policarpo, Ramalho, & Santos, 2013.

Figura 8

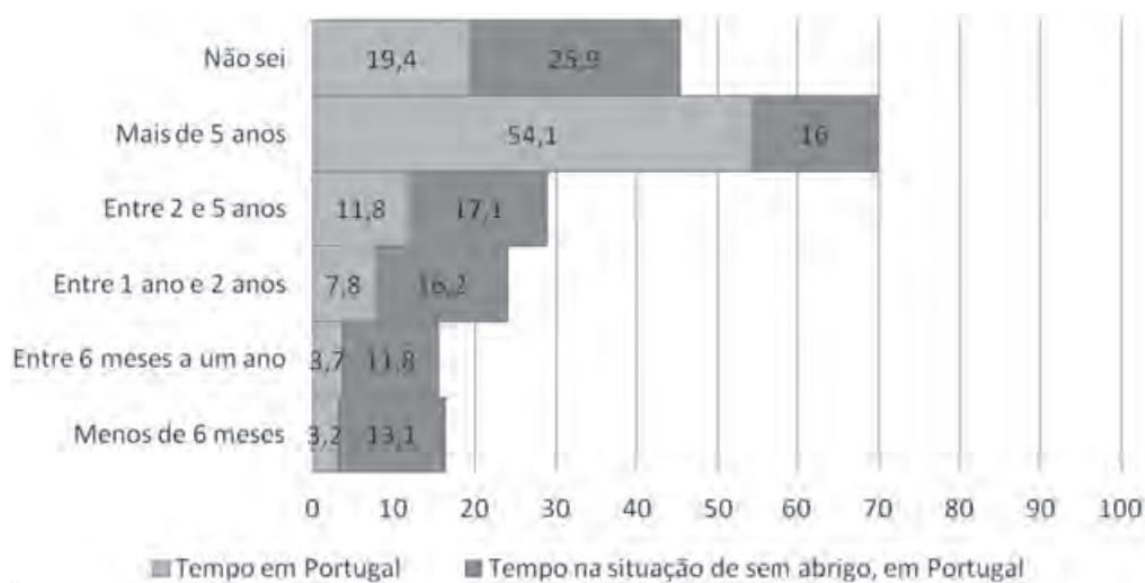
Nacionalidade e país de origem dos imigrantes sem-abrigo em Portugal



Fonte: Monteiro, Policarpo, Ramalho, & Santos, 2013.

Figura 9

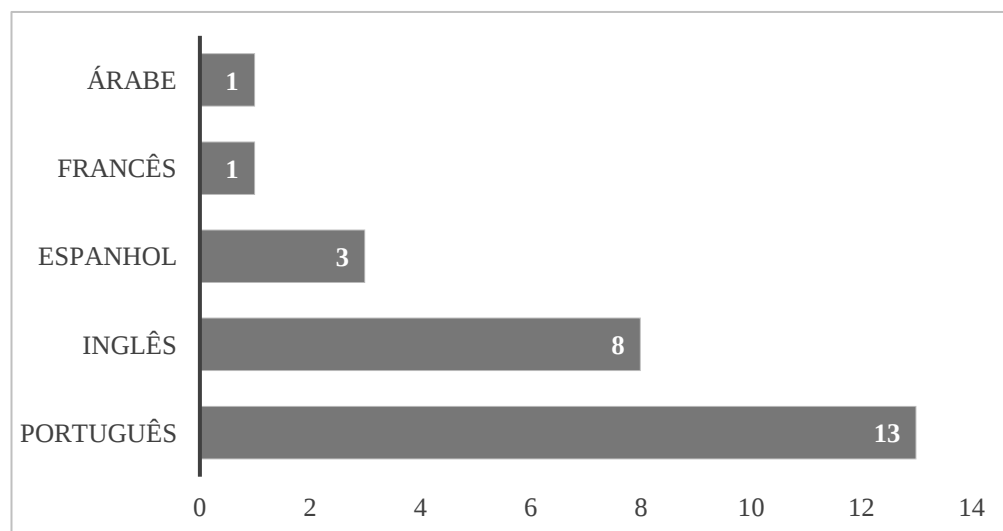
Tempo de permanência dos indivíduos, em Portugal e na condição de sem-abrigo (%)



Fonte: Monteiro, Policarpo, Ramalho, & Santos, 2013.

Figura 10

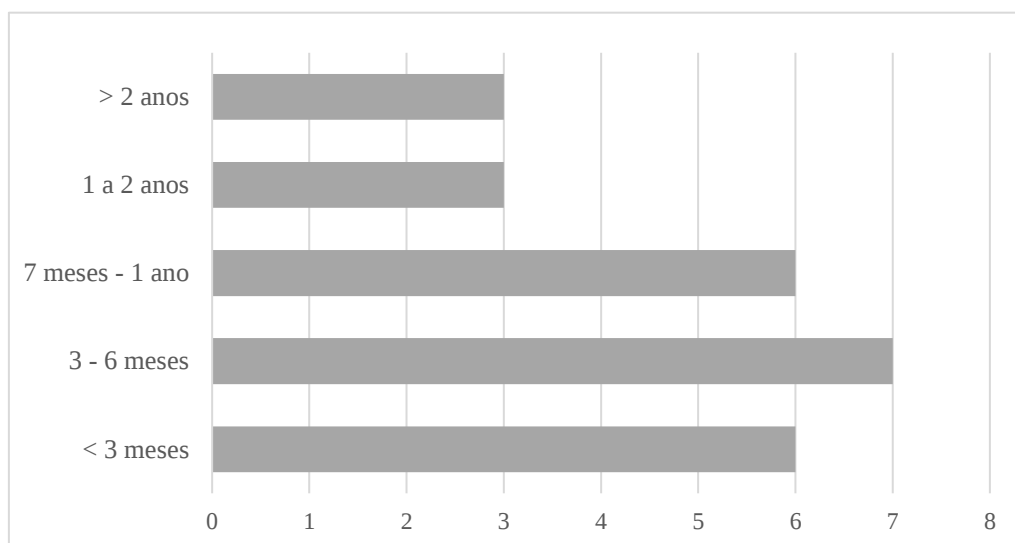
Línguas de comunicação dos residentes do CPA



Fonte: CPA, Diagnóstico Social, nov. 2023

Figura 11

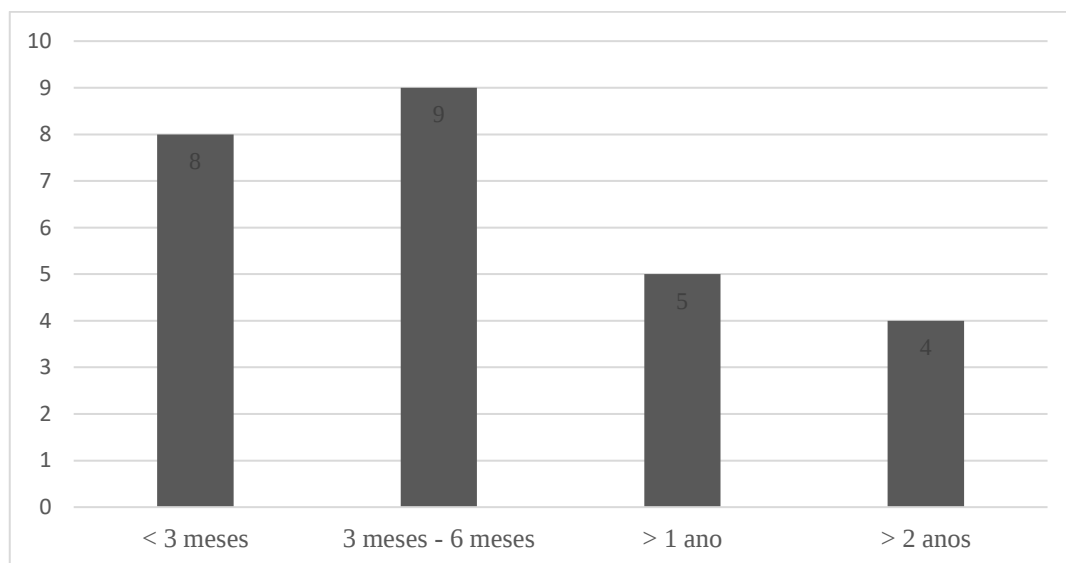
Tempo de permanência em Portugal dos residentes do CPA



Fonte: CPA, Diagnóstico Social, nov. 2023

Figura 12

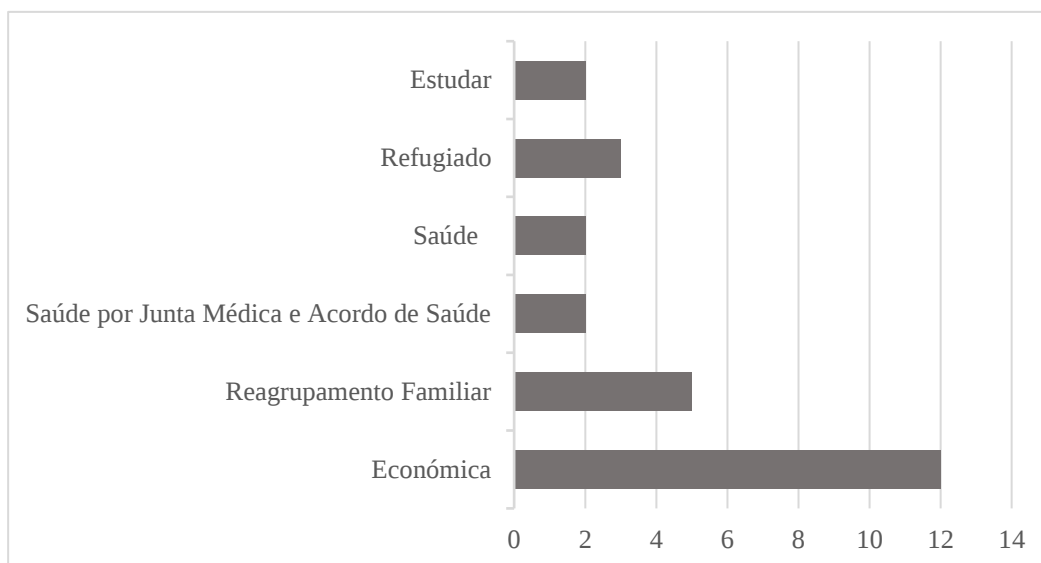
Tempo de acolhimento dos residentes no CPA



Fonte: CPA, Diagnóstico Social, nov. 2023

Figura 13

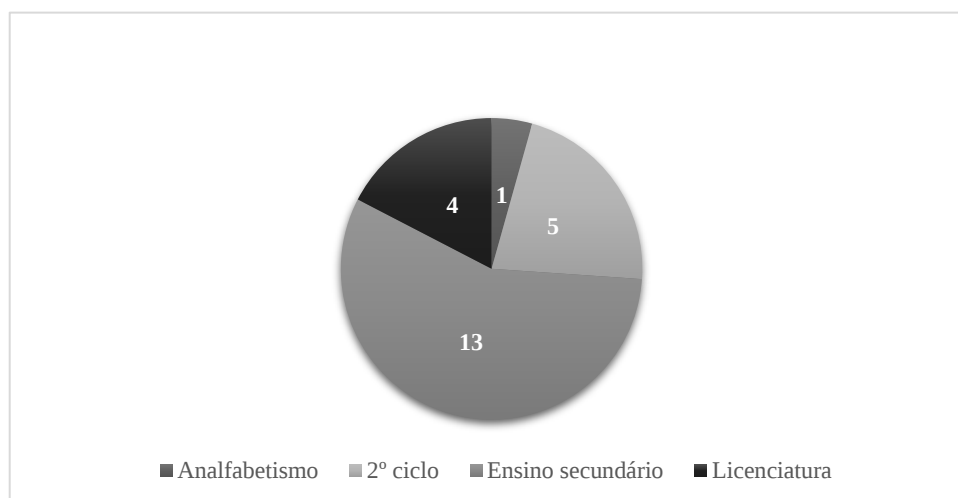
Causas da migração dos residentes do CPA



Fonte: CPA, Diagnóstico Social, nov. 2023

Figura 14

Grau de escolaridade da população acolhida no CPA



Fonte: CPA, Diagnóstico Social, nov. 2023

Tabelas

Tabela I

País de origem do imigrante sem-abrigo, por situação legal

		Situação legal do imigrante sem abrigo			
		Tem documentos		Não tem documentos	
		N.º	%	N.º	%
País de origem (agregado)	PALOP	82	34,2%	158	65,8%
	Ucrânia	45	48,9%	47	51,1%
	Roménia	22	56,4%	17	43,6%
	Outros países de leste	33	39,8%	50	60,2%
	Brasil	14	42,4%	19	57,6%
	Outros países africanos	12	30,8%	27	69,2%
	Países orientais	6	25,0%	18	75,0%
	Países da Europa ocidental	14	70,0%	6	30,0%
	Portugal	0	0,0%	0	0,0%
	Outros países	4	80,0%	1	20,0%

Fonte: Monteiro, Policarpo, Ramalho, & Santos, 2013.

Tabela II
Grelha de observação: sessão de formação aconselhamento profissional do Projeto Alba (18/04/2024)

Ações Realizadas	Objetivos das Ações	Métodos utilizados	Reflexão pessoal, comentários
Apoio na realização dos currículos Procura e candidatura a ofertas de emprego	Aplicar os conhecimentos do curso de formação Apoiar os formandos na entrada no mercado de trabalho em Portugal	Observação participante Registo no diário de campo	Observação da sessão no âmbito do Projeto Alba do Centro Pedro Arrupe. A sessão contou com a participação de 9 formandos, alguns residentes do centro e outros apenas participantes no Projeto. A sessão teve como objetivo apoiar os utentes na realização dos seus currículos no computador, para poderem iniciar a procura e candidatura a ofertas de emprego. Durante a sessão, a formadora referiu que uma das dificuldades identificadas por ela no apoio dado aos formandos, é que estes apresentam dificuldade em explicar as suas funções nos seus anteriores trabalhos. Como por exemplo, apenas referiam que eram pintores, havendo a necessidade de identificar o que faziam, que competências eram necessárias, e de forma a valorizarem mais as suas competências. A tradução das suas anteriores experiências profissionais e dos seus conhecimentos e competências foram uma das adversidades dos utentes observadas por mim, bem como a dificuldade em alguns dos utentes utilizarem o computador para realizar o currículo e ver as ofertas de emprego.

Fonte: elaboração própria

Tabela III

Grelha de observação: sessão de formação aconselhamento profissional do projeto Alba (16/05/2024)

Ações Realizadas	Objetivos das Ações	Métodos utilizados	Reflexão pessoal, comentários
Análise dos currículos dos formandos	Preparar os formandos para a procura de emprego em Portugal		Observação da sessão no âmbito do Projeto Alba do Centro Pedro Arrupe. A sessão contou com a participação de 7 formandos, alguns residentes do centro e outros apenas participantes no Projeto. A sessão teve como objetivo analisar as simulações de entrevistas de emprego que tinham sido realizadas na sessão passada. Estas entrevistas procuraram avaliar como os formandos se comportavam em entrevistas de emprego, como respondiam a certas perguntas realizadas.
Análise das simulações de entrevistas realizadas	Desenvolver as competências dos formandos no que diz respeito à procura de emprego	Observação participante	De um modo geral, a formadora identificou a dificuldade na compreensão da língua portuguesa de alguns dos formandos e também a falta de preparação para as entrevistas. Reparou que muitos dos formandos não conseguiam explicar detalhadamente o que fizeram em trabalhos anteriores, respondendo por vezes de forma direta às questões.
Identificar aspetos a melhorar nos currículos	Preparar os formandos para a entrada no mercado de trabalho em Portugal	Observação não participante	Um outro aspeto identificado referiu-se à dificuldade em conseguirem identificar as suas qualidades e competências. A formadora reforçou a necessidade de analisarem e pensarem nelas, sendo importante para as entrevistas e saberem o que os recrutadores valorizam.
Identificar aspetos a melhorar nas entrevistas de emprego		Registo no diário de campo	Os formandos referiram certos aspetos que os preocupa na procura de emprego, como é o facto de colocarem a sua fotografia, podendo haver casos de discriminação. A valorização da língua portuguesa no processo de recrutamento também é algo que os preocupa bastante, já que a sua aprendizagem é demorada. A falta de pessoas de referência e de cartas de recomendação de trabalhos anteriores preocupa os formandos por sentirem que o trabalho realizado no seu país de origem não é valorizado, e por vezes é até menosprezado pelos recrutadores em Portugal.
			A formanda alertou para a necessidade de continuarem a aprendizagem da língua portuguesa, continuarem a treinar a comunicação, e a candidatarem-se às ofertas de emprego existentes nas suas áreas.

Fonte: elaboração própria

Tabela IV*Guião de entrevista semiestruturada aos residentes do CPA*

Questões	Objetivos
1. Qual é o seu país de origem?	1. a. Conhecer e caracterizar a população residente do CPA
1- Há quanto tempo está em Portugal?	1. a. Conhecer e caracterizar a população residente do CPA
2- Qual é o seu grau de escolaridade?	1. a. Conhecer e caracterizar a população residente do CPA
3- Que línguas de comunicação domina?	1. a. Conhecer e caracterizar a população residente do CPA
4- Qual é a sua documentação? (Passaporte/Título de Residência/Residência CPLP)	1. a. Conhecer e caracterizar a população residente do CPA
5- Qual é a sua situação de emprego? (A Trabalhar/Desempregado/A realizar formação)	1. a. Conhecer e caracterizar a população residente do CPA
6- Já trabalhou em Portugal?	1. a. Conhecer e caracterizar a população residente do CPA 3. Aprofundar o conhecimento do processo de empregabilidade da população migrante;
7- Está a realizar alguma formação de momento? a. Se sim, em que área? b. Como conseguiu a formação? c. Se não, gostaria de fazer? Em que área?	3. Aprofundar o conhecimento do processo de empregabilidade da população migrante;
8- Sente que o CPA o tem apoiado na procura de emprego? a. Se sim, de que forma?	1. b. Conhecer as respostas do CPA para as necessidades da população residente
9- Como é que realiza a procura de emprego?	3. Aprofundar o conhecimento do processo de empregabilidade da população migrante; b. Conhecer a perceção da população residente sobre o processo de empregabilidade em Portugal
10- Encontra alguma dificuldade na procura de emprego? a. Se sim, qual? b. Se sim, como é que o CPA pode contribuir para ultrapassar essas dificuldades?	3. Aprofundar o conhecimento do processo de empregabilidade da população migrante; 3. b. Conhecer a perceção da população residente sobre o processo de empregabilidade em Portugal; 1. b. Conhecer as respostas do CPA para as necessidades da população residente
11- Na sua opinião, o que acha que poderia melhorar esse processo?	3. Aprofundar o conhecimento do processo de empregabilidade da população migrante; 3. b. Conhecer a perceção da população residente sobre o processo de empregabilidade em Portugal

Fonte: Elaboração Própria

Tabela V
Análise das entrevistas

Citações	Códigos	Categorias
“As pessoas daqui (Centro) ouvem-nos, ajudam-nos a ter competências para sair com trabalho. Eles dizem-nos como procurar, temos estas aulas de apoio que nos ajudam a melhorar os nossos conhecimentos e como nos comportamos em Portugal. Nós estamos num país que não é o nosso.” (E1) “Já a preparação para as entrevistas, a realização de um melhor currículo e o conhecimento do funcionamento do mercado de trabalho aqui em Portugal já é uma grande ajuda para podermos começar a nossa procura de trabalho.” (E3) “Sinto-me apoiada na relação com as pessoas, o acompanhamento a sítios da cidade e ao ter as formações e o apoio do centro, conhecer as pessoas daqui do centro ajudou-me a ter apoio e a poder recomeçar a minha vida aqui.” (E4). “O CPA já nos apoia no acompanhamento e principalmente no pagamento das despesas. Nós aqui estamos temporariamente, mas o CPA ajuda-nos muito nisso.” (E6)	Apoio do Centro	• Desenvolvimento de competências • Formação para a empregabilidade • Acompanhamento e integração social
“Se eu tivesse trabalho, já teria dinheiro para conseguir pagar um quarto, uma casa, mas como não tenho, não tenho rendimentos, tenho a possibilidade de ficar aqui no Centro.” (E2) “Eu não quero estudar mais. As formações que eu tive já me ajudaram muito, mas eu quero começar já a trabalhar para poder sair daqui (Centro).” (E4) “Eu não queria continuar a estudar, eu quero já trabalhar, porque eu quero ganhar dinheiro, e nós não podemos estar aqui no centro para sempre.” (E5)	Formação e Inserção Profissional	• Necessidade de trabalho e rendimentos • Autonomia e saída do Centro; • Desvalorização da formação • Urgência de mudança
“eu não falar português dificulta muito a procura, pois eu não consigo me comunicar com as pessoas, não as compreendo bem, não compreendo o que elas me pedem para fazer ou o que tenho para fazer. Eu acho que não saber falar português é o mais difícil para conseguir trabalho aqui.” (E1) “Por não falar português, tenho recebido muitos “não”, que até aprender a língua não vou conseguir trabalho.” (E2) “Eles perguntam-me se eu tenho a residência, eu digo que não, perguntam se eu tenho passaporte, eu digo que sim, se eu tenho manifestação de interesse, eu digo que sim, se eu tenho o NIF, eu digo que sim, se eu tenho NISS, eu digo que sim. E depois dizem-me que não aceitam pessoas “irregulares”, “sem documentos”. (E2), “Já me disseram muitas vezes que não poderiam contratar porque eu não falo português. Eu tive aulas, e ainda tenho, mas é muito difícil aprender tão rápido. Eu só quero trabalhar e por causa da língua já fui rejeitada/o muitas vezes.” (E4) “Eu acho que ter documentos aqui em Portugal é muito difícil e demora muito tempo, pedem muita coisa. Se fosse um pouco mais fácil ter o documento, a procura de emprego poderia ser melhor. Já com o título de residência já é mais fácil ter trabalho, sem isso as empresas não querem contratar.” (E1) “Sinto discriminação por não falar português. Já ouvi muitas vezes que não conseguirei trabalho por não falar a	Dificuldades na entrada no mercado de trabalho	• Dificuldade na inserção profissional em Portugal • Barreiras Linguísticas • Estatuto Legal

língua. Isto é um sinal para sairmos do país, que não somos precisos em Portugal” (E2)	
“Eu já desisti da ideia de trabalhar na minha área de formação aqui, porque precisaria de pedir a equivalência e fazer um curso de mais 2 ou 3 anos para poder ter essa equivalência. É muito difícil, então temos que procurar outra coisa, fazer algo que não seja tão demorado porque precisamos de trabalho, precisamos do dinheiro para sair daqui.” (E3) “Eu tenho poucas qualificações, no meu país não tive a oportunidade de estudar mais, e isso dificulta ainda mais conseguir trabalho aqui em Portugal.” (E5) “cá em Portugal pedem experiência no país em qualquer área que seja. Se eu cheguei a um novo país e procuro o meu primeiro emprego, eu estou à espera de que alguém me dê uma oportunidade para trabalhar. Eu tenho experiência em contabilidade no meu país, mas aqui nunca trabalhei na área, então vi-me obrigada a aceitar qualquer trabalho, neste caso nas limpezas, para fazer alguma coisa e poder ganhar dinheiro. O maior problema é que sinto que a experiência que ganhei no meu país não me serviu de nada, tenho de começar tudo do zero aqui.” (E6) “Poderia ser mais fácil conseguir a equivalência de certos cursos que fizemos no nosso país, para não sentirmos que perdemos o nosso tempo. E a experiência fora também deveria ser valorizada, apesar de podermos ter alguma formação cá em Portugal porque há certas coisas que podem mudar.” (E6)	Experiência Profissional e Qualificações • Dificuldade na obtenção de equivalência das qualificações • Limitações de qualificação e educação • Desvalorização da experiência profissional estrangeira • Necessidade de adaptação a novas realidades profissionais • Exigência de experiência local
“Gostaria que o Centro articulasse mais com os empregadores, falar com eles para conseguir trabalho para nós.” (E2) “Não devem focar apenas na língua, têm de ver que as pessoas têm vontade de trabalhar.” (E2) “A ter mais aulas de português, e ter mais informação sobre o funcionamento do mercado de trabalho em Portugal e do recrutamento, como enviar o currículo, como e onde procurar ofertas de emprego.” (E4) “Gostaria de ter mais preparação para as entrevistas de emprego, em fazer o meu currículo, o que colocar e o que não. Ter um maior acompanhamento e guia para procurar emprego.” (E5) “O que falta é maior preparação para a vida lá fora. Gostaria de conhecer formas de poder empreender aqui em Portugal, algo que possa apostar no meu futuro.” (E6) “Poderia ser mais fácil conseguir a equivalência de cursos que fizemos no nosso país, para não sentirmos que perdemos o nosso tempo. E a experiência fora também deveria ser valorizada, apesar de podermos ter alguma formação cá em Portugal, porque há certas coisas que podem mudar”(E6)	Melhorias no processo de formação e inserção profissional • Melhoria da articulação entre o Centro e recrutadores • Informação sobre o funcionamento do mercado de trabalho e recrutamento • Competências para o emprego • Preparação para o empreendedorismo • Preparação para a vida profissional em Portugal
“Não conseguir trabalho deixa as pessoas depressivas. Eu sinto-me estagnado/a. É um processo difícil. Se no país de acolhimento não temos este apoio, não conseguimos trabalhar, e voltar para o país de origem não é uma opção, não é fácil, ficamos estagnados.” (E2) “Nós temos família, a nossa família depende de nós, não queremos dar problemas à família, temos de cuidar deles, ajudar, e para isso precisamos de trabalhar.” (E2)	Impactos na Saúde e Bem-Estar da População • Impacto devido à falta de trabalho • Pressão familiar e necessidade de subsistência • Ansiedade e urgência de sair do Centro • Pressão temporal e necessidade de estabilidade

“Não temos como esperar, não podemos ficar aqui o tempo todo, também queremos ter a nossa própria vida e deixar lugar para outras pessoas.” (E5)

“Nós aqui no Centro também nos vemos a correr contra o tempo. Nós temos um tempo limite para ficar aqui. E para isso temos mais urgência em encontrar trabalho, ter a residência, organizarmo-nos para a vida fora do Centro, e isso dificulta ainda mais as coisas.” (E6)

Fonte: Elaboração Própria

Tabela VI*Questões do focus group aos técnicos do CPA*

Questões	Objetivos
1. Como definem o perfil da população residente e dos participantes no projeto?	1.a. Conhecer e caracterizar a população residente do CPA.
2. Por que razão surgiu o projeto de formação que está a ser desenvolvido no Centro?	1. b. Conhecer as respostas do CPA para as necessidades da população residente
3. De que forma é que o Centro apoia os residentes na procura de emprego?	1. b. Conhecer as respostas do CPA para as necessidades da população residente
4. De que forma é que o curso “aconselhamento profissional” apoia os residentes e participantes nessa formação?	1. b. Conhecer as respostas do CPA para as necessidades da população residente
5. Como técnicos e formadora, enfrentam alguma dificuldade na intervenção com esta população, ao nível do emprego e formação? a. Se sim, quais são essas dificuldades? b. Que técnicas utilizam para ajudar os utentes a ultrapassar essas dificuldades?	1. c. Conhecer o parecer dos técnicos do CPA sobre o processo de empregabilidade dos utentes no Centro. 2. c. Identificar e analisar as situações problema a que o CPA procura dar resposta;
6. Qual é a vossa experiência na intervenção e capacitação da população que está desempregada? a. Porque consideram que esta população se encontra desempregada?	3. Aprofundar o conhecimento do processo de empregabilidade da população migrante; 3. c. Conhecer o parecer dos técnicos do CPA sobre o processo de empregabilidade dos utentes no Centro.
7. Os utentes referiram que as maiores dificuldades sentidas na procura de emprego em Portugal são referentes à obtenção da documentação, bem como a necessidade de aprenderem português rapidamente. Quais são as vossas considerações em relação a isto, e como o projeto e o Centro procuram apoiar a população nesse sentido?	1. b. Conhecer as respostas do CPA para as necessidades da população residente; 3. c. Conhecer o parecer dos técnicos do CPA sobre o processo de empregabilidade dos utentes no Centro.

Fonte: Elaboração Própria

Tabela VII

Análise do focus group

Citações	Códigos	Categorias
<i>“população imigrante em situação de sem-abrigo, vulneráveis, com potencialidade e vontade de mudar, que possam aproveitar a oportunidade para “dar o salto”</i> <i>“são maioritariamente jovens, com necessidade de se integrarem em ambiente laboral”</i> <i>“É um grupo muito heterogéneo, no nível de escolaridade, da situação em território nacional”</i> <i>“Barreira linguística, até mesmo os que falam português, com dificuldades em escrever, compreender”</i>	Perfil da população residente	• Vulnerabilidade Social • Desigualdade educacional e de estatuto • Barreiras de comunicação e cultura • Integração laboral
<i>“torna-se mais difícil na empregabilidade, por não terem documentação, experiência e habilitações, independentemente da boa intenção do utente de querer trabalhar.”</i> <i>“É um processo demorado e difícil, como aprender a língua, documentação, que acabam por perder a motivação.”</i> <i>“O mercado de trabalho é difícil de integrar imigrantes, e as entidades empregadoras têm consciência da dificuldade que é colocar pessoas irregulares na sua empresa, e para não correrem riscos não as empregam.”</i> <i>“Falta de hábitos de trabalho, como ser pontual, cumprir com as tarefas, não faltar.”</i>	Procura de emprego	• Barreiras legais e documentais • Falta de qualificações • Motivação e intenção de trabalhar • Dificuldades na empregabilidade
<i>“Existem muitas dificuldades nesta condição de vulnerabilidade, e tentamos ir ao encontro de todas. Cada pessoa é uma pessoa, não é fácil criar grupos de dificuldades, mas conseguimos trabalhar coisas em comum em vários, e por isso cada pessoa necessita de intervenção individual, daí haver um “gestor de caso”.</i> <i>“Nas entrevistas de acolhimento, concordam com as regras e comprometem-se a cumprir, mas depois não é o caso. Observamos o facto de não gostarem de aceitar orientações dos técnicos e encontramos alguma inflexibilidade por parte dos utentes. Procuramos que isso não se repercuta na entrada no mercado de trabalho e nos seus comportamentos quando começarem a trabalhar.”</i>	Intervenção Social	• Vulnerabilidade Social • Intervenção individualizada • Falha no comprometimento e aceitação de regras • Inflexibilidade e resistência • Impacto no mercado de trabalho
<i>“Desenvolverem autonomia para conseguirem procurar e entrar no mercado de trabalho, e precisam de bases, como aulas de português, saberem gerir o seu próprio dinheiro quando receberem o seu salário. De forma que não dependam do apoio dado pelo JRS, para se autonomizarem e integrarem-se na sociedade.”</i> <i>“São formações que ajudam em tudo o que se desenvolve à volta da empregabilidade, ou seja, é bastante amplo.”</i>	Projeto de Empregabilidade	• Desenvolvimento de autonomia • Integração social • Formações sobre empregabilidade • Preparação prática para o mercado de trabalho • Trabalho em grupo

“Fazer currículos, dar formação de como devem agir numa entrevista de emprego, fazer procura de parceiros para uma futura integração no mercado de trabalho.”

“Simulação de entrevistas de emprego, para perceber como respondem às questões e melhorar a sua postura, estando mais preparados, e trabalhar em grupo.”

“As pessoas que aqui chegam são as mais fortes, as que conseguem deixar a sua família, se endividar para chegar a Portugal, são pessoas com um perfil bastante forte. Simplesmente, chegando cá (Portugal), a realidade é tão diferente daquela que esperavam ter, mesmo os fortes ficam fragilizados.”

“Observa-se a presença do Síndrome de Ulisses, pela situação difícil de migração.”

“Seja a família que os contacta e dizem que não mandam dinheiro, as pessoas que querem trabalhar e não conseguem encontrar trabalho, não são chamados para entrevistas, são as que querem aprender a língua e encontram dificuldades. É necessário promover momentos de bem-estar.”

Saúde Mental e Bem-Estar

- Força e resiliência dos migrantes
- Desilusão e fragilidade
 - Síndrome de Ulisses
- Desafios de integração
- Necessidade de apoio emocional e bem-estar

“Existe dificuldade em se relacionarem entre eles. Podem encontrar coisas em comum, como a religião, partilharem experiências em comum, serem do mesmo país de origem, no entanto existe o individualismo próprio do imigrante que procura a sua sobrevivência.”

“As pessoas que estão no centro, nesta situação, é porque já esgotaram todas as suas redes de contacto e estão em rutura (...) várias pessoas informam que não têm familiares em Portugal, no entanto, têm imensos familiares, mas estão em rutura.”

“É difícil criar um ambiente de amizade e familiar no Centro, pois os técnicos não podem fazer o papel de amigos e familiares nesse ambiente, não esquecendo que se trata de pessoas institucionalizadas.”

Redes Sociais

- Dificuldades nas relações interpessoais
 - Individualismo
- Redes de apoio e conexões familiares
- Ambiente institucional e limitações de apoio

Fonte: Elaboração Própria

Tabela VIII*Atividades realizadas durante o estágio*

Área	Atividades Realizadas	set	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun
Serviço Social	Observação de Reuniões de Equipa										
	Organização dos Processos Sociais										
	Observação de Atividades com os residentes										
	Atendimentos Sociais										
	Construção do Plano de Intervenção Individual										
	Realização de entrevistas de acolhimento										
	Apoio na realização de currículos										
Emprego/ Formação	Encaminhamento para o Gabinete de Emprego										
	Inscrição para formações										
	Projeto Empregabilidade e Bem-Estar										
	Formações Aconselhamento Profissional										
	Pedido de NISS/NIF										
Legal	Alteração de Morada/Atestado de Residência										
	Pedido de Residência CPLP										
	Pedido de renovação residência/Agendamento AIMA										

Fonte: Elaboração Própria

Anexo 1

Parecer da Comissão de Ética da NOVA FCSH



Ref.: CE-NOVA_FCSH_2024/47

A Comissão de Ética da NOVA FCSH, reunida no dia 17 de junho de 2024, deliberou por unanimidade emitir o seguinte parecer, relativo ao grupo focal planeado no âmbito do projeto de estágio de mestrado, intitulado “O Processo de Formação e Inserção Profissional da População Imigrante em Situação de Sem-Abrigo em Portugal”, apresentado pela mestranda Susana Gouveia.

PARECER

Apreciados os documentos enviados, e tendo sido adotadas as recomendações anteriormente emitidas, a Comissão de Ética declara não ter encontrado problemas de natureza ética.

The NOVA FCSH Ethics Committee convened on June 17, 2024, has unanimously decided to issue the following assessment, concerning the focus group planned as part of the MA internship project “O Processo de Formação e Inserção Profissional da População Imigrante em Situação de Sem-Abrigo em Portugal”, submitted by MA student Susana Gouveia.

ASSESSMENT

Having reviewed the submitted documents and found that previous recommendations have been addressed, the Ethics Committee declare they have found no grounds for ethical concerns about the above-mentioned project.

O presidente da Comissão de Ética da NOVA FCSH | The NOVA FCSH Ethics Committee chair,

Professor Rui Santos

comissaoetica@fcsch.unl.pt



Assinado por: Rui Manuel
Leitão da Silva Santos
Identificação: 8105067697
Data: 2024-06-17 às 17:21:34